

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 146/2023
Data: 29/08/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
JORNADA DA SUSTENTABILIDADE: UM CAMINHO PARA OS PORTOS BRASILEIROS.....	4
EMPREGADOS DA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS TERÃO REAJUSTE SALARIAL A PARTIR DE SEXTA-FEIRA	5
FRETES MARÍTIMOS EM QUEDA	6
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	7
FRENTE DA TRANSNORDESTINA APRESENTA RELATÓRIO PARCIAL.....	7
RAQUEL LYRA ENVIA PLS À ALEPE PARA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL DE MUNICÍPIOS	8
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF.....	9
RODOVIAS - GOVERNO FEDERAL PUBLICA NOVAS REGRAS PARA REMODELAGEM DE CONTRATOS DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	9
BE NEWS – BRASIL EXPORT	11
EDITORIAL – IMPULSO AO DESENVOLVIMENTO	11
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	12
<i>Motivação 1</i>	12
<i>Motivação 2</i>	12
<i>Motivação 3</i>	12
<i>Financiamento 1</i>	12
<i>Financiamento 2</i>	12
<i>Nova escala</i>	12
NACIONAL - BRASIL E ARGENTINA CHEGAM A ACORDO PARA FINANCIAMENTO DE EXPORTAÇÕES	13
NACIONAL - WAGNER: “SE REFORMA MINISTERIAL NÃO SAIR ATÉ QUARTA-FEIRA, NÃO SAI ESTA SEMANA”	13
REGIÃO SUL - MOVIMENTAÇÃO DOS PORTOS PÚBLICOS DO RS CRESCE QUASE 7% EM 2023.....	14
REGIÃO SUDESTE - APS REINAUGURA PONTE DE INSPEÇÃO NAVAL	15
REGIÃO SUDESTE - SECRETÁRIOS ESTADUAIS DESTACAM IMPORTÂNCIA DE PPPS PARA EXPANDIR INFRAESTRUTURA	16
REGIÃO SUDESTE - OBRAS DE DERROCAGEM DÃO INÍCIO AO APROFUNDAMENTO DE ÁREAS DO PORTO DO RIO DE JANEIRO.....	17
REGIÃO SUDESTE - FUTURAS CONCESSÕES DEVEM INJETAR R\$ 47 BI DE INVESTIMENTOS EM MG, DIZ DIRETOR DA ANTT.....	18
REGIÃO SUDESTE - SAMPAIO: TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NOS TRANSPORTES DE CARGA É UM DESAFIO	20
REGIÃO SUDESTE - FABRÍCIO JULIÃO DESTACA FIM DE CICLO DE FÓRUMS REGIONAIS E IMPORTÂNCIA DE MG	21
REGIÃO SUDESTE - PARTICIPANTES DO FÓRUM VISITAM TRANSPES E VLI	22
REGIÃO SUDESTE - SUDESTE EXPORT TEM ENTREVISTAS AO VIVO	22
SEM CATEGORIA - LEI DOS CAMINHONEIROS: ACORDOS COLETIVOS SÓ SERÃO AVALIADOS APÓS PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO	23
REGIÃO SUDESTE - BRASIL É UM DOS PAÍSES COM MAIS BARREIRAS REGULATÓRIAS NA ECONOMIA, SEGUNDO OCDE	24
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	27
GÁS NATURAL SPS TAMBÉM RECORRE A CONTRATO DE LONGO PRAZO COM PETROBRAS	27
CHINA É MERCADO PRIORITÁRIO PARA PETROBRAS, DIZ PRATES	27
ÁSIA SEGUE COMO PRINCIPAL DESTINO DO ÓLEO DA PETROBRAS	28
JORNAL O GLOBO – RJ.....	30
APRESENTAÇÃO DE 'CAVALO TARADO' DENTRO DE ESCOLA MUNICIPAL LEVA PREFEITURA DO RIO A ABRIR SINDICÂNCIA; VEJA VÍDEO	30
GOVERNO RESERVA R\$ 1,5 BI NO ORÇAMENTO DE 2024 PARA REAJUSTE DE SERVIDORES; VERBA COMPORTARIA AUMENTO DE 1%.....	31
LIRA AFIRMA QUE PLS DO ROTATIVO DO CARTÃO E APOSTAS ESPORTIVAS DEVEM SER VOTADOS NA SEMANA QUE VEM.....	32
LULA COBRA PRESENÇA DE TARCÍSIO EM EVENTO DO GOVERNO FEDERAL EM SÃO PAULO: 'SOMOS CIVILIZADOS'	33
APÓS REUNIÃO COM LULA, GOVERNO DESCARTA MUDAR A META DE ZERAR O DÉFICIT EM 2024	34
CÂMARA APROVA URGÊNCIA DO PROJETO QUE PRORROGA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO PARA 17 SETORES.....	35
PACHECO REÚNE 19 GOVERNADORES NO SENADO E DIZ QUE REFORMA TRIBUTÁRIA SERÁ APROVADA EM OUTUBRO, MAS 'SEM AÇODAMENTO'.....	36
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	37
META DE 2024: HADDAD NÃO PODE CEDER À PRESSÃO DO GOVERNO LULA PARA NÃO DAR TIRO NO PÉ NO ARCABOUÇO	37
CRUZEIROS MARÍTIMOS VIRAM OPÇÃO PARA QUEM QUER FUGIR DOS ALTOS PREÇOS DE PASSAGENS AÉREAS	38
LULA TERÁ 38 MINISTÉRIOS; SÓ PERDE PARA DILMA NO ‘INCHAÇO’ DA ESPLANADA	39
PREFEITOS PRESSIONAM E GOVERNO CEDE NA DESONERAÇÃO DA FOLHA; CÂMARA APROVA REGIME DE URGÊNCIA.....	41
CHINA SERÁ PARCEIRO DECISIVO PARA PETROBRAS RETOMAR PRESENÇA GLOBAL, DIZ PRATES	42



VALOR ECONÔMICO (SP).....	43
GOVERNO OFERECE PELA SEGUNDA VEZ MINISTÉRIO DA PEQUENA EMPRESA AO REPUBLICANOS	43
PLANALTO AVANÇA EM NEGOCIAÇÕES PARA ENTREGAR MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS AO REPUBLICANOS.....	44
LULA ADMITE CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DE PEQUENAS EMPRESAS	45
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	46
CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO DA SANTOS BRASIL RECEBEM R\$ 4 MILHÕES DE INVESTIMENTOS EM TECNOLOGIA.....	46
COMEÇA A TEMPORADA DE EXPORTAÇÃO DE FRUTAS FRESCAS PELO PORTO DO PECÉM.....	47
ARTIGO - A CADEIA DE SUPRIMENTOS ESTÁ SENDO VISTA PELA ÁREA DE PETRÓLEO E GÁS DE FORMA EFICIENTE?.....	47
DIAGNÓSTICO E TRANSVERSALIDADE SERÃO IMPORTANTES PARA CONTEÚDO LOCAL FORTE, APONTA BNDES	49
PORTO DE SANTOS REGISTRA NOVOS RECORDES NA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS.....	50
PORTO ITAPOÁ ZERA DESTINAÇÃO DE LIXO PARA ATERROS	51
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	52
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	52



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

JORNADA DA SUSTENTABILIDADE: UM CAMINHO PARA OS PORTOS BRASILEIROS

Guia de Melhores Práticas conta com 83 ações e adesão de autoridades portuárias de Santos, Paraná e Rio de Janeiro

Por: **Ted Sartori**



Pesquisa, que versa sobre práticas de sustentabilidade adotadas nos complexos portuários nacionais, foi realizada pelo Grupo de Pesquisa LabPortos, Foto: Carlos Nogueira

Lançado no final de março, em Brasília, o Guia de Melhores Práticas de Sustentabilidade Portuária: a Estratégia ESG está cada vez mais presente nos portos brasileiros, dentre eles o de Santos. A pesquisa, que versa sobre práticas de sustentabilidade adotadas nos complexos portuários nacionais, foi realizada pelo Grupo de Pesquisa LabPortos, da Universidade Federal do

Maranhão (UFMA), em parceria com a Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) e a Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph).

Coordenador técnico e organizador do guia, o doutor em engenharia naval e oceânica Sérgio Cutrim, professor da UFMA e coordenador do LabPortos, lembra que a Jornada da Sustentabilidade é extensa e completa, que abrange 83 ações para diferentes estágios de maturidade de sustentabilidade institucional. Entre elas, Cutrim reforçou dez ações práticas e prioritárias para as organizações.

As condutas passam pela criação de um comitê de sustentabilidade, bem como de uma política envolvendo o tema e de um programa de engajamento dos stakeholders (partes interessadas) baseado nos temas materiais. E continua com a expansão dos projetos sociais e ambientais a partir das condicionantes das licenças de operação e de inserção das metas de sustentabilidade na remuneração variável de todos os colaboradores.

Não bastasse isso, estão incluídas também a adoção de certificações específicas do setor portuário, como a EcoPorts (principal certificação ecológica do setor), e a criação de hub de inovação aberta e incubadora de startups, bem como de Port Centers, segundo a metodologia da AIVP (ONG que reúne participantes urbanos e portuários, para melhorar a relação entre cidade e porto por cooperação mútua).

Também estão entre os procedimentos: incentivo da atração de navios ecologicamente mais eficientes com tarifas reduzidas usando o Environmental Skip Index (Índice de Salto Ambiental) e publicação de relatórios de sustentabilidade segundo o padrão GRI (Global Reporting Initiative, organização internacional sem fins lucrativos e pioneira no desenvolvimento de uma abrangente estrutura desses relatórios).

“Algumas destas ações já estamos verificando em alguns portos brasileiros. O Porto Sudeste, localizado na Ilha da Madeira, em Itaguaí, no Rio de Janeiro, criou um Port Center chamado Casa Porto. Além disso, a Portos do Paraná, gestora dos portos de Paranaguá e Antonina, foi a primeira pública a obter a certificação internacional EcoPorts. O Porto do Itaqui, no Maranhão, inclui em seu programa de remuneração variável e participação nos lucros metas e indicadores de sustentabilidade

para todos os colaboradores. E o Porto de Santos publica seu relatório de sustentabilidade de 2021 usando o padrão GRI”, exemplifica Cutrim.

Cuidados e novas lideranças

Diretor-presidente da ATP, Murillo Barbosa lembra que, por meio do Comitê de Sustentabilidade, a ATP criou, em 2021, um banco de dados interno com informações relativas às ações ambientais, sociais e de governança de seus associados. “O Guia vem reforçar o compromisso da ATP e de seus associados no desenvolvimento de novos padrões de qualidade e desempenho, visando garantir a evolução portuária de maneira sustentável, e investindo em medidas que visam à aplicação de práticas sustentáveis na cadeia portuária”, afirma.

Presidente da Abeph, Luiz Fernando Garcia observa que os portos públicos brasileiros têm um compromisso claro com o cuidado com o meio ambiente e o desenvolvimento econômico. “Muitos de nossos associados trabalhavam questões neste sentido mesmo antes do conceito ESG se popularizar”, completa, acrescentando que o Guia de Melhores Práticas de Sustentabilidade Portuária é uma potencial ferramenta de referência, em especial, para os novos gestores portuários.

Garcia lembra que a Jornada da Sustentabilidade, constante no documento, é uma proposta de modelo. “Cada porto vai adaptando e implementando com base na sua realidade, no seu modelo de negócio e no seu dia a dia. A Abeph tem este papel, de fomentar o debate, a realização de pesquisas e a cooperação entre eles. Acreditamos que partilhar ideias e experiências, como faz o Guia, aumentam as oportunidades de crescimento do setor portuário como um todo”, recomenda.

Coordenador técnico e organizador do guia, Sérgio Cutrim analisa que o momento é de transição das lideranças atuantes no setor público portuário. “Para estes novos líderes, surge um grande desafio, como construir um legado para suas instituições, promovendo a sustentabilidade, ao mesmo tempo enfrentando desafios relacionados à inovação, mudanças climáticas e contribuição dos portos para o desenvolvimento econômico e social regional”, afirma.

Cutrim é um dos que aguardam “com esperança e fé o desenvolvimento portuário brasileiro baseado na sustentabilidade e na inovação”. “Estamos comprovando cada vez mais o alinhamento do Guia com o capitalismo de stakeholders e com a gestão mais moderna nos portos brasileiros”, completa.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 29/08/2023

EMPREGADOS DA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS TERÃO REAJUSTE SALARIAL A PARTIR DE SEXTA-FEIRA

Categoria aceitou proposta da empresa em audiência de mediação no Tribunal Regional do Trabalho, em São Paulo

Por: Bárbara Farias



Os empregados da Autoridade Portuária de Santos (APS) terão reajuste salarial de 4,75% a partir de sexta-feira Foto: Matheus Tagé/AT/Arquivo

Os empregados da Autoridade Portuária de Santos (APS) terão reajuste salarial de 4,75% a partir de sexta-feira. A categoria aceitou, em assembleia realizada na semana passada, a proposta da empresa oferecida em audiência de mediação no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), em São Paulo. Com isso, a greve prevista foi suspensa.

Segundo a Autoridade Portuária, o aumento é composto pela reposição inflacionária de 3,74%, com base no INPC, mais aumento de real de 1%. A

correção é retroativa ao mês de junho, data-base da categoria. O reajuste será aplicado já no próximo vencimento, na sexta-feira, e o retroativo será depositado até 15 de setembro.

Atualmente, a APS tem 813 empregados. A estatal explicou que o aumento não será repassado às novas cláusulas, que valerão somente a partir de setembro. Com relação ao reembolso do plano de saúde, ainda não há data de início de sua implantação, porque ele está condicionado à autorização da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest).

“Os colaboradores da APS são os principais responsáveis pelo superávit da empresa e merecem um aumento real que supere a inflação. Nossa diretoria continuará empenhada na valorização adequada de todo o quadro da APS”, afirmou o presidente da Autoridade Portuária, Anderson Pomini.

Embora atenda em parte às reivindicações da categoria, a proposta da APS é boa na opinião do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Administrativos (Sindaport), Everandy Cirino dos Santos, que destacou ainda o avanço do diálogo entre a categoria e a Autoridade Portuária na discussão da campanha salarial com a atual gestão.

“Infelizmente, nós não conseguimos resgatar os benefícios, mas conseguimos manter todas as cláusulas do acordo coletivo e conquistamos um reajuste com a reposição da inflação mais aumento real”, afirmou.

Cirino disse ainda que o reajuste do vale-refeição foi de 10%, bem acima da inflação. “Nós também conseguimos a concessão do auxílio-creche para os pais. Antes, só as mulheres tinham direito”.

Concurso público

A Autoridade Portuária informou ainda que a abertura de concurso público para os quadros da gestora do Porto de Santos já foi aprovada pelo Conselho de Administração (Consad) da Autoridade Portuária e, nos próximos dias, será designada a comissão organizadora da seleção, que irá ratificar as funções e quantidades de vagas.

No domingo, A Tribuna publicou entrevista com a diretora de Administração e Finanças da Autoridade Portuária, Bernadete Bacellar, em que ela projeta um concurso com cerca de 260 vagas para reforçar o quadro da estatal.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 29/08/2023

FRETES MARÍTIMOS EM QUEDA

Expectativa do setor é de equilíbrio maior entre oferta e demanda

Por: Eliane Octaviano



No auge da paralisação das economias durante a proliferação do vírus, os custos de frete por contêiner chegaram a ultrapassar US\$ 16 mil, com gargalos nas cadeias logísticas, fechamento de portos e escassez de espaço nos navios Foto: Divulgação/Portonave

Os valores do frete marítimo apresentam neste ano uma significativa redução em relação a 2022. Depois de um período de aumentos expressivos de preços durante a pandemia, o mercado de frete marítimo começou a voltar ao normal a partir de meados do ano passado.

No auge da paralisação das economias durante a proliferação do vírus, os custos de frete por contêiner chegaram a ultrapassar US\$ 16 mil, com gargalos nas cadeias logísticas, fechamento de portos e escassez de espaço nos navios. Em julho de 2022, o custo médio ainda era de US\$ 6,5 mil.



Embora os desafios do mercado tenham diminuído e o valor do frete venha se estabilizando em torno de US\$ 3 mil, especialistas apontam que no segundo semestre de 2024 ainda é possível que o setor prossiga com valores acima dos praticados pré-pandemia. De acordo com especialistas, no próximo ano, estima-se que o frete oscilará entre US\$ 3 mil a US\$ 5 mil. Essa queda representa uma mudança no patamar dos valores, após quase dois anos de restrições mais elevadas devido à pandemia.

A expectativa do setor a partir deste trimestre é de um equilíbrio maior entre a oferta e a demanda. Mas ainda há alguns fatores complexos que podem afetar a estabilidade do setor. Inobstante os avanços significativos, os preços dos fretes marítimos são muito dinâmicos.

O momento é considerado de incertezas no âmbito global e alguns fatores podem impactar o setor e a previsão de um equilíbrio maior entre a oferta e a demanda, como o conflito da Ucrânia com a Rússia, a situação econômica nos Estados Unidos, a sobretaxa de combustível, os congestionamentos e os adicionais de porto.

O aumento do preço do barril do petróleo devido à queda de produção dos integrantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), anunciado no início de abril, é um outro fator preocupante, pois a commodity representa 30% do custo do transporte marítimo. Considerando que o custo do petróleo impacta de modo significativo o preço do frete, armadores têm implementado medidas e investindo em ESG, combustível verde e energias alternativas.

A necessidade de investimentos dos armadores em renovação de navios e combustíveis mais sustentáveis até 2030 também pressiona os preços. As emissões do transporte marítimo representam cerca de 2% dos lançamentos totais, segundo a Organização Marítima Internacional (IMO).

A União Europeia está criando regulações para estimular empresas a investirem nessa área, o que pode elevar os custos repassados para os clientes. Os cinco maiores armadores atualmente representam 70% das cargas movimentadas mundialmente, o que facilita o repasse dos preços. Apesar dos desafios, especialistas afirmam que podemos esperar um mercado mais equilibrado em 2024.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 29/08/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

FRENTE DA TRANSNORDESTINA APRESENTA RELATÓRIO PARCIAL

Por Jairo Lima

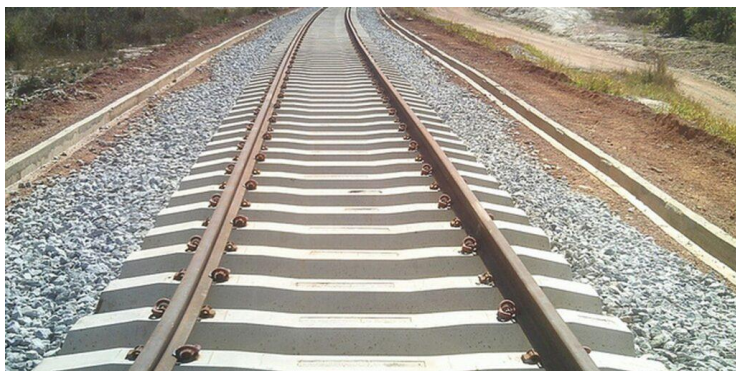


Foto: Arquivo Agência Brasil

A Frente Parlamentar em Defesa da Ferrovia Transnordestina em Pernambuco realizou nesta segunda (28) um balanço das atividades realizadas desde a instalação, no dia 14 de março, até agora. As informações foram reunidas em um Relatório Parcial que traz um diagnóstico e aponta vícios de motivação, publicidade e finalidade na decisão de retirar do projeto

o trecho que vai de Salgueiro, no Sertão Central, ao Porto de Suape, em Ipojuca, na Região Metropolitana do Recife, tomada no final do ano passado pelo Governo Federal.

O consultor legislativo Mauro Carneiro, que assessora o grupo, também elencou ações importantes que podem ser desenvolvidas pela frente a partir do compromisso já assumido pelo atual Governo Federal, de que a ferrovia vai, sim, chegar até Suape, providência apontada como crucial para o desenvolvimento do Estado. “A gente precisa saber, de forma mais clara, qual é a modelagem jurídica para a continuidade das obras e quem são os parceiros privados que estão interessados na contratação. É preciso também conhecer os anais e estudos preliminares da viabilidade econômico-financeira e, uma coisa muito importante, o impacto social e ambiental da obra”, afirmou. Ele espera que a União reserve R\$ 450 milhões no orçamento do ano que vem para a retomada das obras. A previsão do orçamento total está em torno de R\$ 4 bilhões.



O deputado estadual João Paulo (PT) é o coordenador da Frente. Foto: ASCOM/Alepe

Coordenador da frente, o deputado João Paulo (PT) ressaltou a importância do trabalho do grupo para garantir esses recursos. “A Frente da Transnordestina impulsionou a mobilização da bancada federal, tanto os deputados quanto os senadores. Implicou também numa mobilização do Governo do Estado, que, não podemos negar, está altamente comprometido e envolvido com a construção da ferrovia em nosso Estado, e, mais do que tudo, do próprio presidente Lula

e do Governo Federal”, explicou.

O colegiado ainda deve realizar audiências públicas em Salgueiro e no Cabo de Santo Agostinho, na Região Metropolitana do Recife. Os resultados dessas reuniões podem gerar acréscimos ao relatório apresentado nesta segunda.

Apesar do êxito no objetivo principal, a relocação do ramal Suape no traçado da Transnordestina, a frente deve se manter mobilizada para acompanhar e fiscalizar as obras, na opinião do coordenador do Sindicato dos Ferroviários de Pernambuco, Luís Cláudio Gomes. Na mesma linha, o diretor do Sindicato dos Engenheiros de Pernambuco, Mozart Bandeira Arnaud, ressaltou o papel da Alepe para reunir e ampliar a participação dos interessados no ramal. As entidades fazem parte do grupo técnico de trabalho que também contribuiu com o relatório da Frente da Transnordestina.

Fonte: Mercoshipping Marítima Ltda
Data: 29/08/2023

RAQUEL LYRA ENVIA PLS À ALEPE PARA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL DE MUNICÍPIOS

O primeiro Projeto de Lei institui o Programa de Apoio aos Municípios para o custeio de novas matrículas de educação infantil em creches e pré-escolas

Por Jairo Lima



A vice-governadora Priscila Krause (Cidadania), a governadora Raquel Lyra (PSDB) e a presidente da Amupe e prefeita de Serra Talhada, Márcia Conrado (PT). Foto: Miva Filho/Secom

A governadora Raquel Lyra (PSDB) anunciou, nesta segunda-feira (28), o envio à Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) de três Projetos de Lei (PL) que vão apoiar a educação e o desenvolvimento agrário nos municípios. Os anúncios foram feitos durante o 6º



Congresso Pernambucano de Municípios, promovido pela Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), no Teatro Guararapes, no Centro de Convenções de Pernambuco, em Olinda. A vice-governadora Priscila Krause (Cidadania) também esteve no encontro, que teve como tema Inovação e Sustentabilidade.

O primeiro Projeto de Lei instituiu o Programa de Apoio aos Municípios para o custeio de novas matrículas de educação infantil em creches e pré-escolas. A proposta consiste no cofinanciamento de novas creches no período em que as instituições ainda não estiverem recebendo recursos do governo federal. Todas terão garantia de recursos estaduais para a manutenção do primeiro ano de funcionamento. Também no âmbito da Educação, propôs a alteração do Programa Estadual de Transporte Escolar – PETE, aumentando em até 100% o valor repassado aos municípios no custeio do transporte escolar. A proposta é retroativa ao mês de fevereiro.

Por fim, a chefe do Executivo estadual instituiu o novo Programa Chapéu de Palha, que vai aumentar em até 73% o valor do benefício aos trabalhadores da cana-de-açúcar, fruticultura e pesca artesanal. A proposta unifica todas as condições do programa e garante ainda uma 5ª parcela e o aumento de 38% aos beneficiários do Bolsa Família, que passarão a receber R\$ 150. Os municípios de Inajá, Ibimirim e Feira Nova serão incluídos no programa.

“Aqui apresentamos projetos que vão chegar às pessoas na educação e no desenvolvimento agrário. A vida acontece nos municípios e esse é o papel do Governo do Estado. Estamos juntos dialogando para melhorar a vida da nossa gente em parceria com as prefeituras”, ressaltou a governadora, que assinou também junto à Neoenergia o investimento de R\$ 22 milhões para substituição de lâmpada comum por lâmpada de LED nos pontos de maior criminalidade do Estado.

“Teremos a oportunidade de debater os desafios, mas também a oportunidade de vermos as experiências exitosas que tantos municípios realizam. São momentos de reflexão para que possamos lutar por um Pernambuco cada vez mais próspero e sustentável”, ressaltou a presidente da Amupe e prefeita de Serra Talhada, Márcia Conrado.

Também serão promovidas palestras que prezam pela promoção e respeito ao meio ambiente, defesa dos direitos humanos e transparência. Durante esta edição, os participantes poderão conhecer boas práticas realizadas nos municípios, que serão divulgadas por todo o Estado por meio de um caderno temático.

Estiveram presentes os secretários estaduais coronel Hercílio Mamede (Casa Militar), Túlio Vilaça (Casa Civil), Zilda Cavalcanti (Saúde), Simone Nunes (Desenvolvimento Urbano e Habitação), Carolina Cabral (Desenvolvimento Social, Criança, Juventude e Prevenção às Drogas), Fabrício Marques (Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional), Carla Patrícia (Defesa Social), Fernando Holanda (Assessoria Especial). Também participaram os senadores Teresa Leitão, Humberto Costa e Fernando Dueire; os ministros Luciana Santos (Ciência, Tecnologia e Inovação) e André de Paula (Aquicultura e Pesca); os presidentes do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Luiz Carlos Figueiredo; do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Ranilson Ramos; da Assembleia Legislativa de Pernambuco, deputado Álvaro Porto; da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Danilo Cabral; do Banco do Nordeste, Paulo Câmara; o diretor-presidente da Neoenergia, Saulo Cabral; além de deputados estaduais e federais, e prefeitos do Estado.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 29/08/2023

“Novos contratos trarão maior segurança e previsibilidade jurídica, o que deve atrair mais investidores e garantir melhorias de infraestrutura nas principais rodovias do país”, afirma o ministro dos Transportes, Renan Filho



Medida moderniza processos de concessões: potencial para destravar investimentos, com retomada de obras - Foto: Eco 101/Divulgação

Anova política pública para remodelagem e otimização de contratos de concessão rodoviária do Governo Federal foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira (28). A Portaria Nº 848/2023, do Ministério dos Transportes, entra em vigor em 1º de setembro de 2023 e traz pré-requisito e critérios de adequação

dos chamados contratos estressados.

As diretrizes têm como pilares básicos a defesa do interesse público; a viabilidade técnica, econômica e jurídica; a execução, em curto prazo, de investimentos que tenham por objetivo garantir a trafegabilidade e fluidez segura da rodovia, com a melhoria da capacidade do nível de serviço; e a modicidade tarifária.

De acordo com o ministro dos Transportes, Renan Filho, recente decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), permitindo a renegociação de contratos sem necessidade de relicitação de ativos, foi fundamental para a definição da nova política pública. Classificando a decisão da Corte de Contas como “inovadora”, Renan Filho lembra que a medida tem potencial de injetar R\$ 40 bilhões nos setores ferroviário e rodoviário durante os quatro anos da atual gestão, ao possibilitar a retomada de investimentos.

“Alinhada com modernas práticas do Direito, a decisão do TCU é divisor de águas para as concessões do país e uma grande vitória para o nosso governo: destrava investimentos, dá segurança e qualifica o serviço prestado”, avalia o ministro dos Transportes, Renan Filho. “Os novos contratos trarão maior segurança e previsibilidade jurídica, o que deve atrair mais investidores e garantir melhorias de infraestrutura nas principais rodovias do país”, afirma.

Destaques da nova política pública

- Apresentação de estudos para a demonstração de vantajosidade de celebração de termo aditivo de readequação e otimização do contrato de concessão;
- Os contratos passam a ser atualizados de acordo com a política pública vigente;
- Renúncia de todos os processos judiciais, administrativos e arbitrais existentes;
- Início imediato de execução de obras, preferencialmente de ampliação de capacidade e segurança viária;
- Antecipação do cronograma de execução de obras;
- Previsão de ciclo de execução de obras de manutenção e restauração de pavimento e sinalização em todo trecho, de forma a reestabelecer as condições mínimas de segurança e trafegabilidade no primeiro ano do termo aditivo;
- Previsão de ciclo de execução de sinalização e restauração de pavimento, de natureza estrutural, em até três anos, nos trechos que apresentem parâmetros inferiores ao estabelecido;
- Tarifa de pedágio menor que as previstas nos estudos em andamento ou da média dos estudos em andamento já levados à audiência pública;
- Previsão do mecanismo de reclassificação tarifária vinculada à execução de obras;



- Previsão e prorrogação contratual de, no máximo, quinze anos;
- Acompanhamento e fiscalização diferenciados, por meio do cronograma de execução de obras e parâmetros de desempenho;
- Regras objetivas para eventual descumprimento.

Trâmites

O acompanhamento e fiscalização dos novos contratos ficarão a cargo da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que deverá contar com verificadores independentes para auditoria de tráfego e receita, avaliação do atendimento aos parâmetros de desempenho e avaliação técnica das obras em execução. A fiscalização deve ocorrer, de preferência, a cada três meses e, além da verificação de atendimento aos parâmetros pré-estabelecidos, fazer o acompanhamento da execução das obras.

Já os estudos de vantajosidade, a minuta de termo aditivo e os pareceres técnicos e jurídicos deverão ser encaminhados pela ANTT à Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos do TCU. Caberá à Corte de Contas providenciar a deliberação e a assinatura do novo termo aditivo em até 15 dias corridos após a formalização da solução pelo TCU.

Caberá à Secretária Nacional de Transporte Rodoviário dirimir dúvidas suscitadas na aplicação do disposto na portaria, sendo os casos omissos decididos pelo secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, o qual assina o texto publicado na edição desta segunda-feira do Diário Oficial da União.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 29/08/2023



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – IMPULSO AO DESENVOLVIMENTO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A abertura do Sudeste Export 2023, na noite dessa segunda-feira, dia 28, em Belo Horizonte (MG), trouxe à tona um tema de vital importância para o progresso do País: as Parcerias Público-Privadas (PPPs) como motor propulsor do desenvolvimento da infraestrutura de transportes. Durante o evento, Pedro Bruno, secretário de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias de Minas Gerais, e Jorge Lima, representante paulista, reafirmaram a relevância dessas alianças estratégicas para alavancar o setor.

Minas Gerais, um dos estados mais proeminentes do País em termos de infraestrutura rodoviária e ferroviária, está ciente de que o cenário atual requer uma maior colaboração entre o setor público e privado. Com mais de 21 mil quilômetros de rodovias pavimentadas e 5 mil quilômetros de ferrovias, o estado se destaca como um hub logístico crucial. No entanto, a atração de investimentos privados se tornou imperativa para maximizar esse potencial.

Pedro Bruno ressaltou a impossibilidade de dissociar infraestrutura do conceito de PPPs. A parceria público-privada, além de estimular o progresso, fornece uma base mais sólida para a segurança jurídica, essencial para atrair investimentos substanciais.

A busca por melhorias na qualidade dos serviços também é uma prioridade, como exemplificado pelo empenho de Minas Gerais em estabelecer uma agência reguladora de transporte. Esse passo certamente irá garantir aprimoramentos na administração dos serviços concedidos à iniciativa privada.

Os olhos também estão fixados nos próximos leilões que têm como foco aprimorar a infraestrutura regional, como o leilão da BR-381, cuja licitação está programada para novembro deste ano. O



trecho em questão, entre Governador Valadares e Belo Horizonte, irá se beneficiar de investimentos superiores a R\$ 10 bilhões, um passo significativo na melhoria da infraestrutura viária e da segurança dos usuários.

A experiência de Minas Gerais ecoa em todo o País. O modelo de PPPs demonstra repetidamente sua eficácia em proporcionar investimentos substanciais, conhecimento técnico e inovação no setor de infraestrutura de transportes. As PPPs se mostram como a via mais promissora para enfrentar os desafios logísticos e de transporte do Brasil, promovendo um futuro mais eficiente, seguro e economicamente viável.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 29/08/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

MOTIVAÇÃO 1

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pautou para esta terça-feira a votação do Projeto de Lei 334/23, que prorroga, até 31 de dezembro deste ano, a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia. Também negociou com o Governo que fosse enviada, como um projeto de lei, a tributação dos fundos offshore. São pautas sensíveis que vão demandar uma boa articulação do Governo com sua base no Congresso. Também são importantes lembretes ao Planalto da necessidade de ter o Centrão, especialmente o Republicanos e o PP, em seu bloco de apoio, o que será conseguido com a reforma ministerial.

MOTIVAÇÃO 2

Antes de sua viagem à África, Lula havia prometido o Ministério do Desenvolvimento Social ao PP, que indicaria o deputado federal André Fufuca (MA) para comandá-la. Já o Republicanos ficaria com a pasta de Portos e Aeroportos, tendo à frente o deputado federal Sílvio Costa Filho (PE). Se estas ações se confirmarem, resta saber qual o destino do atual titular de Portos e Aeroportos, Márcio França, que pode ir para Ciência e Tecnologia ou até para Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço, hoje chefiada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin.

MOTIVAÇÃO 3

De qualquer forma, Arthur Lira garantiu a motivação certa para que a reforma ministerial saia.

FINANCIAMENTO 1

A empresa de rebocadores Sulnorte assinou um contrato com o Banco do Nordeste para o financiamento da construção de duas embarcações para serviços de apoio e reboque em portos. Esse reforço de sua frota vai atender suas operações no Nordeste, nos portos de Maceió (AL), Salvador (BA), Aratu (BA) e Madre de Deus (BA). O acordo utiliza recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), direcionados pela linha de crédito FNE Inovação.

FINANCIAMENTO 2

Os dois rebocadores que serão construídos pela Sulnorte terão 23 metros de comprimento e uma tração estática de 75 toneladas de porte bruto, segundo a empresa.

NOVA ESCALA

As armadoras Maersk e CMA CGM vão incluir uma escala no Porto do Rio de Janeiro em seu serviço conjunto Bossa Nova/Sirius, que liga o Mar Mediterrâneo à costa leste da América do Sul. A nova parada começará a ser feita a partir de 7 de outubro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 29/08/2023

NACIONAL - BRASIL E ARGENTINA CHEGAM A ACORDO PARA FINANCIAMENTO DE EXPORTAÇÕES

Parceria, que terá o Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe como garantidor, promete render US\$ 600 milhões

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



O ministro da Economia da Argentina, Sergio Massa, foi recebido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Exportações irão abranger o mercado automotivo e de alimentos Crédito: Valter Campanato/Agência Brasil

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou na segunda-feira, 28, a garantia de US\$ 600 milhões (cerca de R\$ 2,9 bilhões) para as exportações argentinas através do Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF). O ministro da Economia da Argentina, Sergio Massa, esteve com Haddad e com o presidente Luiz

Inácio Lula da Silva na segunda-feira, dia 28, no Palácio do Planalto.

As exportações irão abranger o mercado automotivo e de alimentos. Segundo os ministros brasileiro e argentino, a CAF propôs atuar na contragarantia das exportações brasileiras que geralmente são patrocinadas pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex) do Banco do Brasil.

A ideia é garantir que os exportadores brasileiros recebam pelas vendas. De acordo com os planos do Ministério da Fazenda, o Banco do Brasil garantiria as exportações com a contragarantia feita pela CAF. Até o dia 14 de setembro a CAF deve dar uma resposta sobre a autorização da operação.

“É uma maneira que a CAF encontrou de restabelecer o fluxo comercial entre os dois países sem a necessidade de a Argentina abrir mão de reservas, mesmo yuan, que para eles, neste momento, é importante para as operações que tem junto à China como principal parceiro comercial da Argentina”, disse Haddad.

Segundo o ministro da Argentina, os dois países retomaram as conversas para aumentar as trocas fluviais que foram interrompidas no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

“Retomamos a iniciativa conjunta de levar adiante as nossas trocas fluviais, nossa Marinha Mercante Fluvial, um processo em que o Brasil e a Argentina haviam construído ao longo de 20 anos que havia sido interrompido no governo Bolsonaro”, afirmou Sergio Massa.

O ministro Haddad também afirmou que aceitar garantias em yuan, a moeda chinesa, ainda é válida, mas ressaltou que a proposta da CAF é mais vantajosa para a Argentina.

“Quando a Argentina dispõe de reservas e yuan para garantir exportações brasileiras, oficialmente, as reservas da Argentina diminuem. E a Argentina, com o apoio do CAF, não precisa abrir mão dessas reservas para garantir as exportações”, disse Haddad.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 29/08/2023

NACIONAL - WAGNER: “SE REFORMA MINISTERIAL NÃO SAIR ATÉ QUARTA-FEIRA, NÃO SAI ESTA SEMANA”

Líder do Governo no Senado esteve reunido com o presidente Lula em Brasília

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br

EM TESE, ELE (LULA) DISSE QUE QUANDO VOLTASSE DA VIAGEM IRIA FAZER. SE NÃO FIZER ATÉ QUARTA-FEIRA, NÃO VAI FAZER ESSA SEMANA”

JAKUES WAGNER líder do Governo no Senado

O líder do Governo no Senado, Jaques Wagner (PT/BA) afirmou na segunda-feira, dia 28, que se a reforma ministerial que está sendo desenhada para abrigar os partidos Republicanos e Progressistas no governo não for concretizada até quarta-feira (30), não será feita esta semana.

Jaques Wagner esteve em reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto. A expectativa é que a reforma seja definida esta semana com o retorno de Lula da cúpula do Brics na África do Sul. Na quarta-feira, Lula viaja para o Piauí com o ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Fagundes. No final de semana, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, chegou a dizer que o presidente tomaria “algumas decisões” em relação à reforma nos próximos dias.

“Em tese, ele (Lula) disse que quando voltasse da viagem iria fazer. Se não fizer até quarta-feira, não vai fazer essa semana. A segunda-feira já foi consumida. Não sei se avançou na cabeça dele alguma coisa”, disse o senador Jaques Wagner.

O senador reforçou que quem estiver cravando futuros cenários não está certo porque o presidente Lula ainda não se decidiu. “Alguém que disser pra vocês que tende a ser isso tá falando mais das suas vontades do que da decisão dele”, disse.

O deputado Sílvio Costa Filho (Republicanos/PE) é cotado para assumir a pasta de Portos e Aeroportos no lugar do ministro Márcio França.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/08/2023

REGIÃO SUL - MOVIMENTAÇÃO DOS PORTOS PÚBLICOS DO RS CRESCE QUASE 7% EM 2023

Dados referentes aos primeiros sete meses do ano foram divulgados pelo setor de Estatística da Autoridade Portuária

Por CÁSSIO LYRA cassio@portalbenews.com.br



Juntos, os três portos públicos do Estado movimentaram 23.732.837 toneladas. Deste total, 14.738.074 foram de graneis sólidos, 6.773.864 carga geral e 2.220.899 graneis líquidos Crédito: Divulgação/Portos RS

Os portos públicos do Rio Grande do Sul encerraram o período de janeiro a julho com um aumento na movimentação de cargas de 6,95%, em relação ao mesmo período do ano passado. Os dados referentes aos primeiros sete meses de 2023 foram divulgados pelo setor de Estatística da Portos RS.

Juntos, os três portos públicos do Estado movimentaram 23.732.837 toneladas. Deste total, 14.738.074 foram de graneis sólidos, 6.773.864 carga geral e 2.220.899 graneis líquidos. No mesmo período passaram pelas unidades da PortosRS 2.139 navios. 1.753 navios passaram pelo Rio Grande; 79 em Porto Alegre; e 307 barcaças tiveram como destino o terminal de Pelotas.

Em relação ao mesmo período do ano passado, a movimentação de soja em grãos na unidade do Rio Grande registrou um aumento de 67.60%. Em segundo lugar na movimentação apareceu a ureia, com 32.99%, e na terceira posição está o farelo de soja, com 11.09% de aumento nas movimentações. A lista é seguida pelo arroz, com 10.35%, e pelo fosfato, com 10.16%.

Quanto à origem das importações, a Argentina aparece na primeira posição, com 604.538 toneladas. Em segundo está a China, com 584.529 toneladas, e em terceiro o Canadá, com 387.192 toneladas. Já o destino das exportações é liderado pela China, com 3.796.016 toneladas, seguido pela Indonésia, com 767.648 toneladas, e pelo Vietnã, com 735.623 toneladas.

Na unidade de Pelotas as movimentações de janeiro a julho alcançaram 777.212 toneladas, sendo grande parte composta de toras de madeira, que atingiu 645.749 toneladas. Esta carga é transportada por meio de barcaças pelo modal hidroviário até a fábrica da CMPC, em Guaíba, onde acontece o beneficiamento da celulose.

A movimentação de soja no cais público pelotense atingiu 6.195 toneladas e a de clínquer, que é o cimento em sua fase bruta de fabricação, chegou a 125.268 toneladas.

Segundo a Portos RS, o resultado total das movimentações é o segundo maior dos últimos dez anos, perdendo apenas para 2021, quando foram 843.776 toneladas.

Na unidade de Porto Alegre, foram movimentadas de janeiro a julho 462.260 toneladas, sendo 272.791 de insumos para a produção de fertilizantes.

O segundo produto mais movimentado no cais comercial porto-alegrense é a cevada, com 67.927 toneladas, seguido pelo trigo, com 53.003 toneladas e pelo sebo bovino, com 45.588 toneladas.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 29/08/2023

REGIÃO SUDESTE - APS REINAUGURA PONTE DE INSPEÇÃO NAVAL

Solenidade simbólica teve a presença do ministro de Portos e Aeroportos Márcio França

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



Além de Márcio França, estiveram presentes na reinauguração da ponte o presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini, e o prefeito do município, Rogério Santos. Crédito: Isabela Carrari/Prefeitura de Santos

Em solenidade simbólica nesta segunda-feira (28), a Autoridade Portuária de Santos (APS) reinaugurou a Ponte de Inspeção Naval (PIN), no bairro Ponta da Praia, bem próximo à entrada do canal do Porto de Santos. O evento teve a presença do ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, do prefeito de Santos,

Rogério Santos (PSDB), do presidente da APS, Anderson Pomini, e de sua diretoria, além de sindicalistas.

Cedida pela Marinha do Brasil à então Companhia Docas de São Paulo (Codesp), a PIN será utilizada para abrigar o Centro de Controle de Operações do Sistema de Gerenciamento de Informações do Tráfego de Embarcações (em inglês, Vessel Traffic Management Information System, ou VTMISS) do Porto de Santos.

“Sem a reforma, ela não tinha condições de receber o VTMISS. Assim, vinha sendo utilizada para abrigar uma base avançada da nossa valorosa Guarda Portuária”, afirmou Pomini.

O VTMS contará com quatro torres de monitoramento, instaladas em pontos estratégicos, permitindo visão em toda a extensão do Porto de Santos.

Cada torre terá um radar, uma câmera inteligente e um transponder para a coleta de dados das embarcações. O local também auxiliará no controle de questões ambientais e apoio a situações de emergência. Dados de uma estação meteorológica e um marégrafo vão orientar os navios a estimar, de forma mais precisa, a profundidade de cada berço do cais e auxiliar no momento da atracação.

“Estamos fazendo uma inauguração simbólica deste espaço, que há 10 anos já se falava da (sua) utilização. Aqui é o local onde a Guarda Portuária vai se instalar e teremos um sistema de controle da entrada de navios. É muito importante, para efeito de segurança e da modernização do Porto, pois vai permitir que se tenha mais navios. É um avanço importante e num lugar lindo”, afirmou o ministro.

O VTMS, que está no plano de metas da APS, auxiliará também no controle de questões ambientais e apoio em situações de emergência. Dados de uma estação meteorológica e um marégrafo vão orientar os navios a estimar, de forma mais precisa, a profundidade de cada berço do cais e auxiliar no momento da atracação.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 29/08/2023

REGIÃO SUDESTE - SECRETÁRIOS ESTADUAIS DESTACAM IMPORTÂNCIA DE PPPS PARA EXPANDIR INFRAESTRUTURA

Pedro Bruno, de MG, e Jorge Lima, de SP, discursaram durante abertura do Fórum Sudeste Export

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



Secretários estaduais de Minas Gerais e São Paulo destacaram a importância das parcerias público-privadas (PPPs) para o desenvolvimento da infraestrutura do país. Pedro Bruno, representando o Governo Mineiro, e Jorge Lima, do lado paulista, discursaram durante a abertura do Sudeste Export, que começou nesta segunda-feira (28) e segue nesta terça-feira (29), em Belo Horizonte (MG). O Fórum Regional de Logística, Infraestrutura e Transportes é uma iniciativa do Grupo Brasil Export, com realização da Una Media Group, produção da Bossa Markeng e Eventos e mídia oficial do BE

News.

Pedro Bruno, secretário de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias de Minas Gerais, destacou as potencialidades do Estado e da região, que tem mais de 21 mil quilômetros de rodovias pavimentadas e 5 mil quilômetros de ferrovias. “Minas Gerais é o estado com a maior malha rodoviária e ferroviária do país”, enfatizou.

Para ele, o maior desafio atualmente é atrair investimentos privados. “Não há como falar em infraestrutura sem falar em parceria público-privada”, pontuou.

Além disso, Pedro Bruno citou a importância de garantir a segurança jurídica nas modelagens propostas neste modelo e parabenizou o trabalho das agências reguladoras que atuam no setor.

Ainda segundo ele, Minas Gerais segue trabalhando na criação de uma agência reguladora de transporte no estado, com o objetivo de garantir mais qualidade dos serviços concedidos à iniciativa privada, e ressaltou os próximos leilões que devem acontecer voltados à infraestrutura regional, entre eles o leilão da BR-381, que deve ocorrer em novembro deste ano.

O edital de concessão compreende um trecho de 304 km, entre Governador Valadares e Belo Horizonte. A concessão terá duração de 30 anos e os investimentos ultrapassam R\$10 bilhões.

A iniciativa visa impulsionar o desenvolvimento econômico da região, melhorar a infraestrutura viária e aumentar a segurança dos usuários.

Debates relevantes

Jorge Lima, secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, disse que, em sua experiência pessoal, “não tem um fórum que discuta infraestrutura de forma mais organizada que o produzido pelo Grupo Brasil Export”, afirmando que a iniciativa é de “extrema importância” porque o desenvolvimento de um país está atrelado à infraestrutura.

Afirmou em seguida que o Brasil sofre há anos com o pouco investimento no segmento, que recebe entre 1.8% e 2.2% dos recursos do Produto Interno Bruto (PIB), deixando o país na 78ª posição no ranking de competitividade global em infraestrutura do Banco Mundial (dados de 2019-2020).

“Temos esse problema que é adequar receita com despesa e infra é isso, é adequação”, disse.



Jorge Lima, secretário de Desenvolvimento Econômico de São Paulo, diz que as PPS viabilizam o aporte de recursos privados que o Estado não tem para tirar projetos do papel

Visando melhorar a infraestrutura do estado de São Paulo, Jorge Lima afirmou que o Governo Estadual, liderado pelo governador Tarcísio de Freitas, está apostando em PPP (Parceria Público-Privada), o que aportaria recursos privados em projetos cujo Estado não tem verba pública suficiente para tirar do papel. A intenção é que essas parcerias ajudem a

diversificar os modais de transporte, trazendo novos investimentos para as ferrovias e hidrovias, citando a necessidade de aumentar a capacidade de transporte da hidrovia Tietê-Paraná, que tem 800 km sob gestão de São Paulo.

Quanto às ferrovias, de acordo com Lima, estão previstos via PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), recursos da ordem de R\$ 192 bilhões, sendo R\$ 50 bi voltados às ferrovias e trens que farão o transporte intercity - nesse caso, o primeiro projeto seria um trem saindo de São Paulo com destino a Campinas.

“Acredito na mistura de modais. É um grande desafio, mas é no que o Governo de São Paulo acredita”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/08/2023

REGIÃO SUDESTE - OBRAS DE DERROCAGEM DÃO INÍCIO AO APROFUNDAMENTO DE ÁREAS DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Objetivo é melhorar a capacidade de navegação e atracação de navios de maior porte

Por CÁSSIO LYRA cassio@portalbenews.com.br

A PortosRio iniciou, na última semana, o projeto de aprofundamento em quatro áreas do Porto do Rio de Janeiro, começando com a primeira detonação das obras de derrocagem. Segundo a Autoridade Portuária, a iniciativa é resultado de uma parceria público-privada que emprega a técnica de derrocamento com uso de expansores explosivos para remover o material rochoso nessas regiões.

De acordo com a PortosRio, o objetivo central da derrocagem é melhorar a capacidade de navegação e atracação de navios de maior porte no porto, ao mesmo tempo em que se proporciona uma maior segurança nas manobras das embarcações no local.

O projeto também abrangerá monitoramentos regulares da qualidade da água, medidas de proteção ao ambiente marinho e a preservação das estruturas e edificações próximas, tudo isso com um mínimo impacto sobre a navegação local.

A Autoridade Portuária lembrou que as perfurações que possibilitaram a implantação das emulsões explosivas tiveram início no último dia 15.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/08/2023

REGIÃO SUDESTE - FUTURAS CONCESSÕES DEVEM INJETAR R\$ 47 BI DE INVESTIMENTOS EM MG, DIZ DIRETOR DA ANTT

Renovação da malha ferroviária também está prevista para o montante, segundo Guilherme Sampaio
Por CÁSSIO LYRA cassio@portalbenews.com.br



O ministro do TST Breno Medeiros destacou a iniciativa levantada pelo Grupo Brasil Export de aproximar o setor jurídico dos setores que envolvem a logística do país Crédito: Reprodução/Brasil Export

O diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Guilherme Sampaio, disse durante seu discurso na solenidade de abertura do Sudeste Export, Fórum Regional de Logística, Infraestrutura e Transportes, realizado em Belo Horizonte (MG), que estão previstos R\$ 47 bilhões para Minas Gerais com a renovação de ferrovias e novos projetos de concessão da malha

rodoviária.

“É a oportunidade de possibilitar a geração de empregos, geração de renda e novas possibilidades para todos os usuários que transitam nas rodovias desse importante Estado”, comentou.

O diretor da ANTT, Guilherme Sampaio, diz que a agência reguladora tem atuado de forma incansável para o desenvolvimento e a ampliação da logística da região Sudeste

Segundo ele, a agência tem atuado de forma incansável com o Ministério de Transportes e com as empresas e concessionados para o desenvolvimento e a ampliação da logística do Sudeste.

Sampaio mencionou projetos como concessões da antiga Dutra, principal corredor logístico entre São Paulo e Rio de Janeiro, e da BR-381, rodovia federal que vai ligar Governador Valadares (MG) até o estado do Rio de Janeiro.



Representando a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o diretor Wilson Lima Filho afirmou que a agência trabalha na frente pelas hidrovias e acredita que elas já estejam em operação nos próximos anos.

“Nossa agência vive um momento especial. Um momento em que trabalhamos duro pela redução da desburocratização. Estamos cada vez mais focados em ouvir os reguladores para poder melhor regular. Momento esse em que estamos focados em implementar nosso sistema de hidrovias, que é uma grande novidade. O Brasil terá efetivamente hidrovias nos próximos anos”, disse o diretor, que comentou também sobre o arrendamento transitório do Porto de Itajaí, em Santa Catarina, marcado para o mês de setembro.

Judiciário

Representando o Tribunal Superior do Trabalho (TST), o ministro Breno Medeiros destacou a iniciativa levantada pelo Grupo Brasil Export de aproximar o setor jurídico dos setores que envolvem a logística do país.



O diretor da Antaq Wilson Lima Filho afirmou que a agência trabalha pela implementação do sistema de hidrovias e acredita que elas já estejam em operação nos próximos anos

“(É importante) Trazer o Judiciário e aproximar esse ramo para que possamos sair um pouco de Brasília e entender como está funcionando o setor logístico. Afinal, somos nós que vamos dar a última palavra e é sempre bom conhecer como funciona esse sistema”, disse.

Já o ministro-substituto do Tribunal de Contas da União (TCU), Weder de Oliveira, afirmou que o tema que envolve a infraestrutura é de extrema relevância para o Brasil.

“Diversos estudos mostram que uma infraestrutura de qualidade, que atenda as demandas necessárias, é fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país. Esse tema tem dominado a administração pública brasileira há mais de 40 anos, porque trata-se de um tema difícil, ainda mais em um país das dimensões continentais como é o nosso”, salientou.

O ministro-substituto do Tribunal de Contas da União, Weder de Oliveira, afirmou em seu discurso que o tema infraestrutura é de extrema relevância para o Brasil

Em sua fala final, o ministro reconheceu o trabalho de fóruns como o Sudeste Export, onde todos os atores podem estar juntos e participando de forma conjunta em prol de um único movimento.

“Qualquer iniciativa, ainda mais dotada dos mais nobres elementos técnicos e da engenharia, merecem todo o apoio da sociedade”, completou.



O Sudeste Export é uma iniciativa do Grupo Brasil Export, com realização da Una Media Group, produção da Bossa Marketing e Eventos e mídia oficial do BE News.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/08/2023

REGIÃO SUDESTE - SAMPAIO: TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NOS TRANSPORTES DE CARGA É UM DESAFIO

Ex-ministro da Infraestrutura e atual executivo da Vale chamou atenção para o tema na abertura do Sudeste Export

Da Redação redacao@portalbenews.com.br



Sampaio destacou a importância do Sudeste para o setor de infraestrutura e de transportes, mas reforçou que é necessária uma atenção maior para a questão da segurança viária Crédito: Reprodução/Brasil Export

O ex-ministro da Infraestrutura e atual diretor de Assuntos Regulatórios da Vale, Marcelo Sampaio, foi um dos destaques da solenidade de abertura do Sudeste Export, em Belo Horizonte (MG). Em seu discurso, falou bastante sobre transformação da matriz energética, que, segundo ele, é um dos focos da mineradora. E alertou para o desafio que isso representará para o setor de transportes

de carga no Brasil.

“O transporte de carga tem sua matriz energética muito focada na questão fóssil”, disse o ex-ministro. “A resposta vem através do gás, do hidrogênio e dos combustíveis renováveis, que estão apresentando cada vez mais capacidade em longos trechos”.

Segundo Sampaio, a Vale é uma empresa que tem se destacado nos últimos anos, com a responsabilidade de liderar e ser protagonista na transformação da matriz energética. “Essa renovação passa pela agenda minerária. Não há como falar de energia solar sem falar de minerais, carros elétricos sem as baterias de lítio”.

Falando um pouco mais sobre infraestrutura, ele fez elogios ao atual ministro dos Transportes (pasta que, ao lado de Portos e Aeroportos, foi recriada pelo Governo Lula após o desmembramento do Ministério da Infraestrutura).

“O ministro Renan Filho tem feito um belíssimo trabalho, atraindo investimentos. Vai ter pouco mais de R\$ 20 bilhões para investir no setor de infraestrutura”.

Segurança viária

Marcelo Sampaio destacou a importância da região Sudeste para o setor de infraestrutura e de transportes, mas reforçou que é necessária uma atenção maior para a segurança viária, principalmente em Minas Gerais.

“A movimentação de cargas aqui é intensa. Mas ao mesmo tempo isso nos traz problemas muito grandes também, como o número de acidentes, principalmente no setor rodoviário. (...) Ter a maior malha rodoviária impõe um desafio muito grande na segurança viária, em fazer com que nós possamos ter uma infraestrutura que também garanta a segurança de quem está trafegando na região”.

Por fim, o ex-ministro também procurou destacar em seu discurso a importância de fóruns como o Sudeste Export.

“Aqui conseguimos congregamos o setor produtivo, de transporte, ferroviário, rodoviário, portuário. Nesse ambiente conseguimos debater temas e construir soluções que são extremamente fundamentais não só para o agente público (...), mas também para o setor privado, que está aí, na chuva e no sol, fazendo acontecer”, declarou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/08/2023

REGIÃO SUDESTE - FABRÍCIO JULIÃO DESTACA FIM DE CICLO DE FÓRUNS REGIONAIS E IMPORTÂNCIA DE MG

CEO do Brasil Export ressaltou a contribuição do Estado no setor de logística e transportes

Por Cássio Lyra cassio@portalbenews.com.br



A assinatura do acordo de parceria do Instituto Social Brasil Export com a Transpes foi feita por Fabrício Julião, CEO do Brasil Export, e Alfonso Gonzalez, presidente da empresa

O CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, destacou durante o seu discurso na abertura do Sudeste Export o fechamento de ciclo dos fóruns regionais em 2023. Realizado pela primeira vez em Minas Gerais, o atual evento tem como anfitriã a capital Belo Horizonte.

Julião fez menção a importância do Estado no setor de logística e transportes para o Brasil.

“É uma grande satisfação estarmos fechando o ciclo dos fóruns regionais com o Sudeste Export. Belo Horizonte fecha um ciclo dos estados que receberam nosso evento na região Sudeste. Minas Gerais tem uma importância fundamental no setor de logística, importância fundamental na parte de transportes como um todo e pudemos ter essa experiência durante nossa visita à Transpes”, afirmou Julião, referindo-se à visita técnica que a comitiva do Brasil Export fez à empresa na manhã de segunda-feira, dia 28.

O CEO do Brasil Export comentou alguns dos temas que estarão em pauta nesta terça-feira, dia 29, durante a realização dos painéis técnicos. Autoridades e especialistas vão discutir soluções para os problemas logísticos que Minas Gerais e o sudeste brasileiro como um todo enfrentam.

“50% do PIB Nacional pertence à região Sudeste. Os temas que foram selecionados pelo conselho (do Sudeste Export) deixará claro isso, a importância junto ao setor. Toda a parte da multimodalidade, do escoamento de produtos, que realmente precisamos discutir e enfrentar para que o Brasil possa solucionar como um todo”, afirmou.

Como encerramento dos fóruns regionais, o Brasil Export ainda terá pela frente no calendário deste ano os fóruns Mercosul Export, Brasil Export e Singapura Export. Mas Fabrício Julião já considera esta uma temporada de sucesso.

“Estamos fechando uma temporada importante, na qual fizemos anúncios importantes, como o Instituto Social Brasil Export (Isbe)”, completou.

Isbe e Transpes firmam parceria

Após a solenidade de abertura do Sudeste Export, o Grupo Brasil Export fez o anúncio de uma parceria entre o Instituto Social Brasil Export com a Transpes. Foi assinado um termo de cooperação técnica entre o Isbe e a empresa de transportes, com a finalidade de colaborar com o aperfeiçoamento de projetos e programas sociais a serem desenvolvidos em todo o país.

A assinatura foi feita por Fabrício Julião, CEO do Brasil Export, e Alfonso Gonzalez, presidente da Transpes.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/08/2023

REGIÃO SUDESTE - PARTICIPANTES DO FÓRUM VISITAM TRANSPES E VLI

Por CÁSSIO LYRA cassio@portalbenews.com.br



Os participantes do Sudeste Export 2023 realizaram, ontem, visitas técnicas às instalações da transportadora e operadora logística Transpes, em Betim (MG), e ao prédio administrativo da VLI em Belo Horizonte (MG), onde a operadora ferroviária e portuária tem seu centro de controle operacional e sua universidade corporativa. Na VLI, o grupo foi recebido pelo gerente geral de Relacionamento Institucional e Governamental, Anderson Abreu. Na Transpes, os participantes se reuniram com o CEO Alfonso Gonzalez, conhecendo o centro de controle operacional da transportadora e seu hub social, que concentra os programas sociais que a empresa mantém.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/08/2023

REGIÃO SUDESTE - SUDESTE EXPORT TEM ENTREVISTAS AO VIVO

Por CÁSSIO LYRA cassio@portalbenews.com.br



A cobertura do Sudeste Export 2023 feita pelo BE News, direto de Belo Horizonte (MG), contou com novidades nessa segunda-feira, primeiro dia do evento. Durante os intervalos dos painéis, os internautas que acompanhavam a transmissão do evento puderam assistir entrevistas especiais ao vivo. Participaram o ministro do Tribunal Superior do Trabalho Breno Medeiros e o presidente do conselho do Sudeste Export, o advogado Marcelo Sammarco.

Medeiros foi questionado sobre o acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a Lei dos Caminhoneiros, enquanto Sammarco falou sobre as expectativas e os temas que serão discutidos hoje, neste segundo dia do fórum. As entrevistas podem ser conferidas no vídeo da transmissão, no canal do Youtube do BE News. A do ministro Medeiros começa à 1 hora, 57 minutos e 10 segundos, enquanto a de Sammarco, às 4 horas, 1 minuto e 15 segundos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/08/2023

SEM CATEGORIA - LEI DOS CAMINHONEIROS: ACORDOS COLETIVOS SÓ SERÃO AVALIADOS APÓS PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO

Ministro do TST Breno Medeiros sobre a mudança na lei e seus desdobramentos durante o InfraJUR, dentro do Sudeste Export

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



As mudanças na chamada Lei dos Caminhoneiros foram discutidas durante o painel “Impactos da decisão do STF (ADI 5322) sobre o setor de transporte rodoviário de cargas” Crédito: Divulgação/Brasil Export

embargos declaratórios.

O Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Breno Medeiros, disse que é preciso esperar que o Supremo Tribunal Federal (STF) publique o acórdão sobre as mudanças na Lei dos Caminhoneiros porque, só depois disso, é que será possível avaliar itens plausíveis ou não de acordos coletivos e possíveis ajustes que poderão ser sugeridos por meio de

O ministro falou sobre o assunto durante sua participação no painel “Impactos da decisão do STF (ADI 5322) sobre o setor de transporte rodoviário de cargas”, debatido na segunda-feira (28), no InfraJUR – Encontro de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes.

O evento ocorreu dentro da programação do Fórum Sudeste Export, que segue nesta terça-feira (29), em Belo Horizonte (MG). O Fórum Regional de Logística, Infraestrutura e Transportes é uma iniciativa do Grupo Brasil Export, com realização da Una Media Group, produção da Bossa Marketing e Eventos e mídia oficial do BE News.

O painel teve também a participação de Celso Peel, desembargador do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-SP) e coordenador científico do Conselho Jurídico do Brasil Export; e Bruna Esteves Sá, sócia da Sammarco Advogados. A moderação foi feita por Fernanda Araújo, sócia da Araújo e Araújo Advogados Associados.

O tema do debate foi a decisão do STF, em 30 de junho deste ano, que declarou inconstitucionais quatro pontos da Lei dos Caminhoneiros (Lei 13.103/2015) referentes à jornada de trabalho, tempo de espera, pausas para descanso e repouso semanal. O relator é o ministro Alexandre de Moraes e a ação foi ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes (CNTT).

Um dos pontos mais polêmicos da decisão é a mudança na regra sobre o tempo de espera para carregar e descarregar o caminhão, e o período gasto com as fiscalizações. Antes, a lei previa que esse tempo em que o motorista passa aguardando não fazia parte da jornada de trabalho e deveria ser pago na proporção de 30% do salário ou hora do condutor. Agora, o tempo de espera entra na contagem da jornada de trabalho e das horas extras, devendo ser pago de forma integral (100%).

Para Bruna, durante o tempo de espera, “é óbvio” que o motorista está à disposição do empregador, mas o empregador “não tem culpa” das demoras operacionais, “e nem os motoristas”, que chegam a

passar horas esperando sistemas voltarem a funcionar ou lidando com a falta de infraestrutura que permita a entrega das mercadorias em tempo reduzido.

“É um ponto que precisa ser muito conversado para encontrarmos alternativas a essa inconstitucionalidade, porque vai onerar mais o frete, o transporte de mercadorias, e pode até causar inflação”, explicou. Segundo a Confederação Nacional dos Transportes, o modal rodoviário é responsável por 60% do transporte de tudo que é produzido no país.

Embargos declaratórios

Ao ser questionado por Bruna se seria possível, por meio de negociação coletiva, que a hora de espera fosse remunerada, por exemplo, como hora de sobreaviso, ou seja, num percentual inferior ao da hora extra, o ministro Breno Medeiros respondeu que é preciso aguardar a publicação da decisão do STF, ainda sem data para ocorrer, para então analisar quais pontos poderão ser negociados ou não e quais ajustes poderão ser sugeridos por meio de “embargos declaratórios”.

No Direito, embargo declaratório é uma espécie de recurso com o objetivo de esclarecer contradições ou omissões em decisões proferidas por juiz ou órgão colegiado.

Em sua fala, Breno disse que primeiro é preciso ver qual foi a fundamentação vinculada no Supremo que gerou a inconstitucionalidade e só depois avaliar se há possibilidade de avançar nos temas, inclusive em relação aos acordos trabalhistas.

“Assim, não precisa dizer que é 100% a hora cheia ou 30% de maneira indenizatória. Pode-se chegar a um meio termo através de uma negociação. Então me parece que o mais lógico é aguardar a publicação do acórdão e aí eventuais embargos declaratórios para discutir esses detalhes”, explicou o ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Peel destacou que, em seu entendimento, a partir do momento que o STF declara inconstitucionalidade sobre algum ponto da lei, ele não poderá ser tema de negociação coletiva, pois negociações só são válidas se não violarem a Constituição Federal. Ou seja, se é inconstitucional não pode ser fruto de negociação.

Celso ressaltou ainda a necessidade de que o STF module a decisão. Quando há modulação, a decisão passa a valer a partir da data de sua promulgação. Quando não, ela altera também os contratos fechados desde o nascimento da lei, em 2015, o que poderia causar grande passivo trabalhista e insegurança jurídica para todo o setor.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 29/08/2023

REGIÃO SUDESTE - BRASIL É UM DOS PAÍSES COM MAIS BARREIRAS REGULATÓRIAS NA ECONOMIA, SEGUNDO OCDE

Regulação do setor e atuação do TCU junto às entidades foram discutidos no InfraJUR
Por Cássio Lyra cassio@portalbenews.com.br



Os participantes do painel que encerrou os trabalhos do InfraJUR debateram a regulação no setor e a atuação do Tribunal de Contas da União junto aos órgãos e entidades Crédito: Divulgação/Brasil Export

O segundo painel do InfraJUR – Encontro Nacional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes discutiu a regulação no setor e a atuação do Tribunal de Contas da União (TCU) junto aos órgãos e entidades. Durante o debate que envolve o tema, houve a discussão sobre as barreiras regulatórias no Brasil, a partir de um relatório da OCDE (Organização



para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Durante sua participação no painel, Flávia Fardim, sócia da Fardim & Burian Advogadas Associadas e assessora jurídica da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop) e do Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo/Espírito Santo) elencou uma pesquisa da OCDE, que classificou o Brasil no penúltimo lugar no que diz respeito às barreiras regulatórias.

“Somos um dos países que mais colocam barreiras nas atividades econômicas, e a OCDE detectou isso com propriedade. Estamos acompanhando o que está sendo feito, contribuindo para melhorar essa questão de excesso de regulação”, comentou Flávia, que complementou a sua fala dizendo que a OCDE tem o desejo de que é preciso compilar a quantidade mínima possível de órgãos e entidades.

Flávia mencionou como era a atuação do TCU para com as coisas relacionadas ao setor antigamente. Segundo a advogada, é nítido que já exista uma importante aproximação.

“É inegável que o TCU evoluiu. Desde a auditoria operacional nos portos já se aproximou do setor, já fez diligências. Nós estamos vendo ministros visitando diversos portos do Brasil para conhecer como funcionam as operações portuárias. Entendemos que essa aproximação com o setor alia a teoria à prática, e todos saem ganhando”, disse.

A diretora de Relações Institucionais e Regulatório da VLI, Silvana Alcântara, classificou uma evolução quanto à questão que envolve a regulação do setor da infraestrutura.

“Importante que essa questão de regulamentação seja pelo fim e não pelo meio. Temos percebido uma importante evolução onde está se olhando muito mais para o desenvolvimento regional, o fomento, o que determinado projeto trará de qualidade, valores de tarifas. E não necessariamente questões como tipo de asfalto, tipo de trilhos. Estamos vendo uma tentativa de evoluir em prol do interesse público, que no fim das contas é o mais importante, do que, por exemplo, como será a gestão de uma empresa ou concessionária”, destacou.

O painel que encerrou os trabalhos do InfraJUR contou ainda com as participações de Guilherme Sampaio, diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e de Weder de Oliveira, ministro-substituto do Tribunal de Contas da União (TCU), que fez uma apresentação em slides sobre a atuação da corte de contas e como é feito o trabalho em conjunto com as agências reguladoras.

Homenagem

Ao final do painel, o Conselho Jurídico do Grupo Brasil Export empossou mais um conselheiro, Rafael Furtado, gerente geral de regulatório da VLI. Ele recebeu o pin do Brasil Export do Desembargador do TRT/SP e coordenador científico do Conselho Jurídico do Brasil Export, Celso Peel.

O Sudeste Export é uma iniciativa do Grupo Brasil Export, com realização da Una Media Group, produção da Bossa Marketing e Eventos e mídia oficial do BE News.

Terça-feira, 29 de agosto

Início da transmissão online e ao vivo pelo Portal BE News

9 horas – Palavras de boas-vindas pelo presidente do Conselho Nacional, José Roberto Campos, e pelo presidente do Conselho do Sudeste Export, Marcelo Sammarco

9h15 – Apresentação de Marcelo Sampaio, Diretor de Assuntos Regulatórios da Vale

9h45 – Painel 1: Ações para o desenvolvimento econômico e de novos negócios na região Sudeste



Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor de Redação do BE News

Debatedores

- Thiago Toscano, Diretor-Presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge)
- Thiago Lemgruber, Diretor-Presidente da OSX
- Roberta Carvalhal, Diretora de Relações Institucionais da Wilson Sons
- Ricardo Ferraço, Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado do Espírito Santo (a confirmar)

– Ricardo Buteri, Diretor Comercial da Santos Brasil

11h00 – Apresentação de Ilson Hulle, Presidente da VPorts

11h30 – Painel 2: Boas práticas em gestão de ativos de infraestrutura

Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor de Redação do BE News

Debatedores

- Wilson Lima Filho, Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq)
- Ricardo Trotti, COO da Brasil Terminal Portuário
- Eduardo Marinho, Diretor de Negócios e Sustentabilidade da PortosRio
- Ernesto Sampaio, Diretor-Presidente do Porto de São Sebastião
- Marcelo Sammarco, Sócio da Sammarco Advogados e Presidente do Conselho do Sudeste Export

12h45 – Almoço

14h30 – Painel 3: Corredores logísticos e multimodalidade

Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor de Redação do BE News

Debatedores

- Felipe Queiroz, Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)
- Valter Luís de Souza, Diretor de Relações Institucionais da Confederação Nacional do Transporte
- Ellen Martins, Superintendente da Associação Nacional dos Transportes Ferroviários (ANTF)
- Silvana Alcântara, Diretora de Relações Institucionais e Regulatório da VLI

– Alfonso Gonzalez, Presidente da Transpes

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/08/2023



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

GÁS NATURAL SPS TAMBÉM RECORRE A CONTRATO DE LONGO PRAZO COM PETROBRAS

Distribuidora paulista é a 4ª concessionária a fechar contrato com a estatal, dentro das novas condições comerciais lançadas pela petroleira este ano

Por André Ramalho 29 de agosto de 2023 Em Mercado de gás



Acordo prevê a entrega de 900 mil m3/dia entre 2024 e 2028, com reduções até 450 mil m3/dia, em 2034 (Foto: Compagas)

RIO – A Gás Natural São Paulo Sul, distribuidora operada pela Naturgy, fechou um contrato de fornecimento de gás natural de longo prazo com a Petrobras, válido entre 2024 e 2034.

O acordo prevê a entrega de 900 mil m3/dia entre 2024 e 2028, com uma curva de reduções graduais nos volumes até o fim do contrato até chegar a 450 mil m3/dia em 2034.

O fator Brent – percentual da cotação do petróleo ao qual o preço do gás está indexado – foi mantido em 11,9%.

A Gás Natural SPS é a quarta distribuidora a fechar contrato de longo prazo com a Petrobras, dentro das novas condições comerciais lançadas pela estatal este ano.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 29/08/2023

CHINA É MERCADO PRIORITÁRIO PARA PETROBRAS, DIZ PRATES

Presidente da petroleira afirmou que país terá papel decisivo na estratégia da empresa de retomar atuação no exterior

Por epbr 29 de agosto de 2023 Em Empresas, Petróleo e gás



Presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, em visita a Pequim, na China (Foto: Divulgação)

A parceria com a China será “decisiva” para os planos da Petrobras de retomar sua atuação no exterior, afirmou o presidente da petroleira Jean Paulo Prates nesta terça-feira (29/8) em rede social, após a empresa fechar acordos com dois bancos chineses para investimentos e cooperação em iniciativas de baixo carbono e finanças verdes.

A retomada das atividades no exterior pela Petrobras tem sido tema recorrente desde o início do governo Lula e do mandato de Prates à frente da empresa. Até o momento, no entanto, não foram feitos investimentos ou adotadas medidas significativas nessa direção.

Investimentos no exterior

Um dos objetivos estabelecidos pelo governo federal é a integração energética com os países vizinhos da América do Sul. No caso da Petrobras, um dos focos é o gás natural da Bolívia.

Isso porque a produção boliviana está em declínio e a expectativa é que deixe de exportar para o Brasil até o fim da década. Prates recebeu o presidente da Bolívia, Luis Arce, em maio, e expressou o interesse da companhia em projetos de exploração e produção de gás.

“Temos potencial e possibilidade de ajudar nossos companheiros bolivianos a entender por que a queda da produção se deu. Provavelmente, falta capacidade de financiamento”, disse na ocasião.

O executivo também falou sobre possíveis investimentos na Venezuela e na Guiana, que tem leilão de áreas exploratórias previsto para setembro.

“Estamos preparando a Petrobras para uma nova fase em refino. Queremos visitar países vizinhos, como Bolívia, Venezuela e Guiana, e debater alguns pontos como os termos contratuais, novas potencialidades de exploração de gás e a preparação das empresas para a transição energética”, disse Prates.

Além do óleo e gás, a Petrobras também já levantou a possibilidade de investir em eólica offshore fora do Brasil, como forma de conhecer o mercado antes de participar do desenvolvimento do setor no Brasil.

“Não estamos descartando investir também fora do Brasil, principalmente em áreas como a eólica offshore, em que estamos construindo nosso marco regulatório ainda. Lá fora já tem leilões”, disse Maurício Tolmasquim, diretor de Transição Energética da companhia, em maio.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 29/08/2023

ÁSIA SEGUE COMO PRINCIPAL DESTINO DO ÓLEO DA PETROBRAS

Aumento das exportações de petróleo da Petrobras para a Europa é temporário, efeitos da guerra
Por epbr 29 de agosto de 2023 Em Comece seu Dia, Internacional, Petróleo e gás



FPSO Anna Nery iniciou operação de revitalização dos campos de Marlim e Voador na Bacia de Campos (Foto: Divulgação Petrobras)

Ásia segue como principal mercado do óleo brasileiro. Apesar do aumento das exportações de petróleo da estatal para a Europa, diante da busca do continente por alternativas ao óleo russo, a petroleira continua a acreditar que a Ásia será o grande polo de atração dos barris da empresa a longo prazo.

– O gerente de Cenários da Petrobras, Renan Silvério, destacou nesta segunda (28/8) que o “reordenamento dos fluxos” do comércio global, após a guerra entre Rússia e Ucrânia, é temporário.

– “Muito em função do fato de que a Europa é uma região que está buscando transicionar energeticamente, reduzir a dependência e ampliar segurança energética”



Petrobras se aproxima de bancos chineses. Acordos com o China Development Bank (CDB) e o Bank of China vão, dentre outros objetivos, avaliar oportunidades de investimentos e cooperação em iniciativas de baixo carbono e finanças verdes.

– O escopo dos memorandos de entendimento (MoUs) também envolve a financiabilidade da cadeia de fornecedores nacionais da Petrobras.

Petrobras conclui transferência de Golfinho e Camarupim para BW. A estatal recebeu, pelos campos do pós-sal da Bacia do Espírito Santo, US\$ 12,2 milhões à vista. O valor se soma aos US\$ 3 milhões pagos anteriormente durante a assinatura do contrato.

– A Petrobras ainda poderá receber até US\$ 60 milhões em pagamentos futuros, com base nas cotações do Brent e no desenvolvimento dos ativos.

BW trabalha em novo desenho para Maromba. A operadora norueguesa planeja, para o quarto trimestre, a seleção final do conceito para o desenvolvimento do campo de óleo pesado, na Bacia de Campos.

– A empresa está otimizando o projeto, diante do aumento dos custos da indústria, e trabalha num novo conceito de desenvolvimento com um investimento menor em comparação ao plano atual.

Petróleo fecha sem direção única. Nesta segunda (28/8), o Brent, para novembro, cedeu 0,1%, a US\$ 83,87. O foco dos investidores recaiu sobre o anúncio da redução de um imposto sobre investimentos em ações na China – medida para reaquecer os mercados locais.

– Embora a decisão tenha apoiado o petróleo num primeiro momento, o mercado ainda aguarda estímulos mais robustos para a economia do país asiático.

Brasil articula defesa do uso de etanol como combustível marítimo. País adotará esta semana uma postura mais ativa na defesa do biocombustível como alternativa ao bunker, na Conferência sobre Navegação Verde na América Latina, organizada pela Organização Marítima Internacional (IMO, na sigla em inglês).

– Há ressalvas, contudo, dos países europeus – que evocam receios a respeito de insegurança alimentar na produção de biocombustíveis, na defesa de soluções baseadas em eletrificação ou em hidrogênio.

Novo ponto de saída no Gasbol. A Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG) e a SCGás assinaram este mês um contrato de conexão para construção e operação de um ponto de entrega em Siderópolis (SC). A instalação terá capacidade de 1,8 milhão de m³/dia. Previsão é que o ponto esteja em operação até o fim de 2025.

Luz Para Todos terá R\$ 2,5 bilhões em 2024. O orçamento do programa federal para o ano que vem será 55% maior que o gasto previsto para a universalização da energia elétrica em 2023. Em 2024, a previsão é que 83 mil unidades consumidoras sejam atendidas pelo LPT, relançado por Lula este ano. Os recursos são financiados pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

CTEEP e Rialma assumem linhas de transmissão da Gênese. Aneel habilitou as duas empresas como vencedoras dos lotes 1 e 8, respectivamente, do último leilão de transmissão. Os lotes foram conquistados pelo consórcio Gênese, desqualificado pela agência em meio a investigação interna para apurar possíveis irregularidades.

Mercado livre alavanca expansão da geração. Estudo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel) mostra que, do total de 129,5 GW de capacidade centralizada já outorgada, com previsão de operação até 2029, 92% está sendo destinada ao ambiente livre de contratação.

Solarprime e 2W desembarcam no mercado livre. A rede de franquias Solarprime fechou uma parceria estratégica com a comercializadora 2W Ecobank para oferecer aos clientes opções de adesão ao mercado livre de energia, com foco em pequenas e médias empresas do chamado “grupo A” (consumidores em alta e média tensão).

Brics+ e a corrida pela transição energética. Bloco pode reunir importantes parceiros na produção de energias renováveis, hidrogênio verde e minerais críticos, como lítio e terras raras

Artigo: As mudanças climáticas são uma realidade e a transição energética uma necessidade, oportunidades para o Brasil gerar negócios e benefícios para a sociedade, escreve Fernando Antônio Ribeiro Soares. Na íntegra em O Brasil precisa aproveitar seus enormes potenciais na energia

Novo PAC prevê R\$ 307 milhões em pesquisa mineral para transição energética. Conforme antecipado pela agência epbr, plano do governo federal visa a agilizar a exploração de minerais estratégicos para a transição energética e fertilizantes. Projetos para avaliação de depósitos de cobalto, níquel, lítio, terras raras, cobre e grafita serão incentivados.

Coppe/UFRJ e CNOOC vão pesquisar energia renovável offshore. Petroleira chinesa se associa à instituição de pesquisa, em investimento de R\$ 16 milhões. Serão dois projetos: o primeiro para estudar turbinas eólicas flutuantes; o segundo vai pesquisar a descarbonização das atividades de exploração e produção de óleo e gás no pré-sal.

Subsídio para CCS nos EUA. Como parte do esforço do governo Biden para promover tecnologias de captura de carbono, o Departamento de Energia dos Estados Unidos anunciou um plano para fornecer cerca de US\$ 500 milhões em subsídios para ajudar as empresas a construir infraestruturas de transporte de CO2.

ExxonMobil vê redução de emissões distante da meta. Em seu relatório anual Energy Outlook, a petroleira americana destaca que o mundo não conseguirá reduzir as emissões com rapidez suficiente para limitar o aquecimento global a 2°C acima dos níveis pré-industriais até 2050, devido ao crescente crescimento econômico, particularmente nos países em desenvolvimento.

Financiamento ambiental quase não chega aos indígenas. Carlos Manuel Rodríguez, CEO do Fundo Global para o Meio Ambiente, o maior fundo global para ações ambientais, defende que comunidades tradicionais e povos indígenas tenham acesso direto ao financiamento climático e da biodiversidade. Ele cobra um “novo paradigma” financeiro em uma assembleia da entidade com representantes de 185 países doadores, no Canadá. (Diálogo Chino)

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 29/08/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

APRESENTAÇÃO DE 'CAVALO TARADO' DENTRO DE ESCOLA MUNICIPAL LEVA PREFEITURA DO RIO A ABRIR SINDICÂNCIA; VEJA VÍDEO

Prefeito Eduardo Paes mostrou indignação nas redes com o vídeo que viralizou nas redes sociais. Nele, crianças aparecem assistindo apresentação do Cia Suave que utiliza música com conotações sexuais

Por *Jéssica Marques* — Rio de Janeiro

A Secretaria municipal de Educação anunciou que abriu sindicância para apurar a origem da apresentação de um grupo de dança que viralizou e gerou críticas nas redes sociais, nesta segunda-

feira. Em um vídeo divulgado no Tiktok, os alunos no Ciep municipal Luiz Carlos Prestes, localizada na Cidade de Deus, na Zona Oeste do Rio, assistem a uma performance musical do grupo Cia Suave que utiliza música 'Cavalo Tarado' com conotações sexuais. Durante o evento, que aconteceu no dia 22 de agosto, crianças e adolescentes estão reunidos no pátio do colégio enquanto uma mulher surge, com uma máscara de cavalo cobrindo o rosto, e fazendo performance de galope sobre um homem. A apresentação conta ainda com outros três homens com trajés de bailarinas, fazendo "passinhos" de funk.



Prefeito do Rio se manifestou nas redes sociais — Foto: Reprodução

Um dia depois da indignação do prefeito Eduardo Paes, postada ontem nas redes sociais, a Secretaria municipal de Educação soltou nota responsabilizando o grupo de dança. Ela repudiou a performance e afirmou que os representantes do grupo artístico teriam agido de “má fé” ao encaminharem para escola uma proposta de espetáculo com classificação livre, ou seja, para todas as idades. No entanto, “exibiram conteúdo completamente inadequado para as crianças”. Além da sindicância, o grupo também foi proibido de se apresentar em unidades do município.

O cartaz com o anúncio da apresentação mostra ser um evento da prefeitura do Rio e da Secretaria municipal de Cultura, que ainda não se manifestou.

Cartaz de apresentação do grupo Cia Suave em escola na Cidade de Deus — Foto: Reprodução
Cartaz de apresentação do grupo Cia Suave em escola na Cidade de Deus — Foto: Reprodução

O prefeito do Rio, Eduardo Paes, publicou nesta segunda-feira, um vídeo para se manifestar contra uma apresentação. Paes afirmou que o evento gera "indignação e repúdio".

— Gente, eu recebi esse vídeo absurdo aqui e eu queria entender o que se passa na cabeça de alguém que acredita que isso aqui é algo que possa ser apresentado para crianças. Eu reagi como qualquer pessoa lúcida que vê essa gravação: com muita indignação e com repúdio. Criança está na escola para estudar, para aprender, para desenvolver as habilidades. Nós vamos endurecer o controle sobre qualquer apresentação, atividade ou palestras feitas nas escolas municipais da cidade, principalmente por esses grupos independentes, para que isso não volte a acontecer. Eu não admito que a gente desperdice tempo e exponha as crianças a esse tipo de conteúdo. Não é possível que alguém considere adequado ao ambiente escolar — diz Paes.

Veja a íntegra da nota de Secretaria municipal de Educação:

A Secretaria Municipal de Educação repudia completamente a apresentação que foi realizada por um grupo independente no CIEP Luiz Carlos Prestes. De imediato, já foi proibida qualquer apresentação do grupo nas unidades da rede municipal. Também foi aberta uma sindicância para investigar a razão da apresentação, que foi anunciada como classificação livre, ter levado conteúdo completamente inadequado para as crianças.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 29/08/2023

GOVERNO RESERVA R\$ 1,5 BI NO ORÇAMENTO DE 2024 PARA REAJUSTE DE SERVIDORES; VERBA COMPORTARIA AUMENTO DE 1%

Segundo o secretário de Relações de Trabalho, José Lopez Feijó, caso a arrecadação cresça até o fim do ano, vai trabalhar por um maior reajuste

Por Geralda Doca e Gustavo Silva — Brasília e Rio



Governo reserva apenas R\$ 1,5 bi no Orçamento para reajuste de servidores — Foto: Cristiano Mariz/agência O Globo

O governo informou que terá apenas R\$ 1,5 bilhão para reajuste salarial de servidores públicos na proposta e Orçamento de 2024, que será enviada ao Congresso na quinta-feira. Caso a decisão seja de um aumento linear, a verba só comportaria um aumento de 1%.

O valor foi apresentado aos integrantes da Mesa Permanente de Negociação dos Servidores Federais,

após a aprovação do arcabouço fiscal, que limita o crescimento da despesas e vai substituir o teto de gastos.

O aumento de 9% concedido aos servidores neste ano custou R\$ 12 bilhões aos cofres públicos.

O secretário de Relações de Trabalho, José Lopez Feijó, disse, contudo, que, caso a arrecadação cresça até o fim do ano, vai trabalhar por um maior reajuste.

— Vamos trabalhar para ampliar os recursos disponíveis. O processo de reconstrução do Estado é longo e vamos nos empenhar para ao longo do próximo período para termos mais espaço para apresentar uma proposta definitiva aos servidores - afirmou.

A reunião da mesa de negociação está sendo realizada no Ministério da Gestão.

A Mesa Nacional de Negociação Permanente esteve suspensa durante todo o governo de Jair Bolsonaro. Foi retomada neste ano e resultou na correção de 9% para os servidores federais em 2023.

Na última reunião, há alguns dias, representantes do Ministério da Gestão alegaram que a pasta não apresentaria um percentual de aumento aos servidores federais até que o novo arcabouço fiscal fosse aprovado, o que aconteceu no dia 22.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 29/08/2023

LIRA AFIRMA QUE PLS DO ROTATIVO DO CARTÃO E APOSTAS ESPORTIVAS DEVEM SER VOTADOS NA SEMANA QUE VEM

Relatores das propostas estão discutindo ajustes com lideranças partidárias. Matérias trancam a pauta a partir do dia 8

Por Victoria Abel — Brasília



Coletiva de Imprensa. Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira — Foto: Marina Ramos / Câmara dos Deputados

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse que o projeto de lei que limita a taxa de juros do rotativo do cartão de crédito e a proposta que impõe regras às apostas esportivas online, chamadas de Bets, devem ser votados na semana que vem. Os relatores vão acertar detalhes das propostas ao longo desta semana.

— PL do Desenrola foi discutido hoje (terça-feira), para que as lideranças tivessem a oportunidade de conhecer o texto e ser votado na semana que vem. O relator da regulamentação dos jogos ficou

de conversar com as lideranças nesta semana, para tentarmos votar na semana que vem — afirmou Lira.

O relator do projeto de lei que limitará o rotativo do cartão de crédito, Alencar Santana (PT-SP), estipulou uma taxa de juros máxima de 100%. Ou seja, a dívida com juros não poderia ser maior que a dívida principal. Isso valerá caso o setor bancário não apresente uma proposta em até 90 dias da publicação da lei.

A modulação de como o juros seria aplicado mês a mês seria definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

O PL das apostas esportivas deve incluir as propostas de taxaço das empresas de apostas que já constam na Medida Provisória editada pelo Ministério da Fazenda no fim de julho.

Uma taxa de 18% será cobrada sobre a receita bruta das empresas por cada evento. O evento é um conjunto de apostas feitas a cada rodada do campeonato brasileiro, por exemplo. Já o prêmio recebido pelo apostador passará a ser tributado em 30% no Imposto de Renda (IRPF), com exceção dos prêmios de até R\$2.112 - que ficam isentos.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 29/08/2023

LULA COBRA PRESENÇA DE TARCÍSIO EM EVENTO DO GOVERNO FEDERAL EM SÃO PAULO: 'SOMOS CIVILIZADOS'

Em transmissão semanal no Youtube, o presidente salientou importância do chefe do Executivo paulista nas negociações de recursos para o estado

Por O Globo - RJ



O presidente Lula recebe o governador Tarcísio de Freitas no Planalto — Foto: Ricardo Stuckert/PR

Em sua transmissão semanal na internet, no programa *Conversa com o Presidente*, Lula (PT) comentou a importância da presença do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), nos eventos promovidos pelo governo federal para negociar recursos para o estado. Apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Tarcísio não compareceu ao lançamento do Novo PAC, realizado na primeira quinzena de agosto, no Rio de Janeiro.

A declaração foi feita durante o episódio lançado na manhã desta terça-feira, no canal do Youtube do presidente. Lula afirmou que pretende visitar os estados de Minas Gerais e São Paulo na próxima semana, comandados respectivamente por Romeu Zema (Novo) e Tarcísio, ambos alinhados com Bolsonaro.

Durante a entrevista, o presidente cobrou a presença do governador paulista em evento que acontecerá no estado para anunciar a construção da ferrovia que deve ligar Campinas à capital e vai contar com recursos federais.

— Quero ver se na outra semana eu consigo ir a Minas Gerais e a São Paulo, para discutir os investimentos do estado de São Paulo. Vamos tentar a participação do Governo do Estado. Se quiser participar, se não quiser participar, a gente fará o ato do mesmo jeito. Mas, como nós somos civilizados, vamos fazer e convocar o governador, porque é importante ele estar. O compromisso que vamos assumir é com ele também — disse Lula.

Ex-ministro de Bolsonaro, Tarcísio, assim como Zema, foi um dos poucos governadores que não esteve presente no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, para o lançamento do PAC. O representante paulista anunciou com antecedência que não participaria e enviou o vice Felício Ramuth.

— Se nós vamos emprestar dinheiro do governo federal, do BNDES, para fazer a ferrovia Campinas-São Paulo, nós queremos que o governador esteja presente, afinal de contas, é o estado de São Paulo que vai fazer — completou Lula.

Fonte: *O Globo - RJ*
Data: 29/08/2023

APÓS REUNIÃO COM LULA, GOVERNO DESCARTA MUDAR A META DE ZERAR O DÉFICIT EM 2024

Ministros da área econômica e chefe da Casa Civil discutiram Orçamento de 2024 com presidente
Por *Manoel Ventura — Brasília*



O presidente Lula sanciona, ao lado do ministro Fernando Haddad, a nova política sobre o salário mínimo. Projeto da lei orçamentária de 2024 será enviado ao Congresso esta semana — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai manter a meta de zerar o déficit nas contas públicas no próximo ano, proposta pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Uma mudança nesse alvo está descartada neste momento, afirmam auxiliares diretos de Lula.

A proposta orçamentária de 2024 está pronta e será feita de acordo com as diretrizes de Haddad, segundo integrantes do governo. O texto será enviado ao Congresso Nacional na quinta-feira.

Com a proximidade do envio do Orçamento ao Congresso, nos últimos dias, cresceu a dúvida no mercado e dentro do próprio governo sobre a capacidade de se cumprir esse resultado no ano que vem.

Principalmente parlamentares têm vocalizado um desejo de mudar a meta fiscal, com o receio de um alvo muito aperto causar restrições no Orçamento em ano de eleições municipais. A presidente do PT e deputada Gleisi Hoffmann (PR) é quem mais tem falado disso entre os aliados próximos a Lula.

O resultado fiscal do ano que vem depende da aprovação e da eficácia das medidas de aumento de receitas já propostas por Haddad. Esse ponto tem sido alertado frequentemente por técnicos do governo e por agentes do mercado.

Reunião orçamentária

Os detalhes finais da proposta orçamentária foram fechados numa reunião na tarde desta terça-feira no Palácio do Planalto com o presidente Lula. Nessa reunião, não foi discutido mudar a meta fiscal, de acordo com participantes do encontro. A reunião fechou os detalhes sobre a programação das despesas para o ano que vem.

Além de técnicos e assessores, participaram do encontro os ministros da Casa Civil, Rui Costa; do Planejamento, Simone Tebet; e da Gestão, Esther Dweck; além de Haddad — eles fazem parte da chamada Junta de Execução Orçamentária. Após a reunião, Haddad afirmou que não houve “nenhuma alteração de rota no Orçamento”.



O entendimento de integrantes da cúpula do governo é de que o discurso está alinhado na defesa de um resultado neutro para as contas públicas no próximo ano, inclusive dentro da Junta Orçamentária.

Há uma desconfiança em relação esse alvo principalmente por que ele depende do aumento das receitas — que, por sua vez, só virá com as medidas de Haddad.

O novo arcabouço fiscal prevê um intervalo de tolerância para o cumprimento da meta, que vai de um déficit de 0,25 ponto percentual do PIB (ou algo próximo a R\$ 30 bilhões) a um superávit nessa mesma proporção.

A regra também autoriza o contingenciamento (bloqueio) de recursos para atingir a meta ao longo do ano. Esse ponto é o que mais preocupa ministros das áreas fim do governo, porque pode levar a um bloqueio amplo de gastos no ano que vem se as receitas do governo não performarem.

A meta de zerar o déficit no ano que vem foi proposta junto com o novo arcabouço fiscal, previsto para ser sancionado nesta semana. Também faz parte do plano obter um superávit de 0,5% do PIB em 2025 e de 1% do PIB em 2026. Neste ano, a expectativa é fechar com um déficit de cerca de R\$ 100 bilhões, ou seja, próximo a 1% do PIB.

Medidas anunciadas

Como parte da estratégia para entregar a meta em 2024, Lula assinou ontem um projeto de lei e uma medida provisória (MP) que mudam a tributação sobre fundos exclusivos (fechados para a alta renda) e fundos offshore (no exterior), ambos voltados para os mais ricos.

A MP muda a tributação de fundos fechados, com a qual se espera arrecadar R\$ 13,28 bilhões em 2024 e R\$ 3,2 bilhões este ano. Essa tributação em 2023 será usada para compensar a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) para R\$ 2.640, aprovada na semana passada pelo Congresso e sancionada ontem por Lula — que custará também R\$ 3,2 bilhões.

Outra proposta enviada ontem ao Congresso é um projeto de lei, em acordo com a Câmara, que permite cobrar no Brasil imposto sobre rendimentos de offshores (empresas de investimento no exterior, instaladas geralmente em paraísos fiscais).

Atualmente, o capital investido no exterior é tributado apenas quando resgatado e remetido ao Brasil. A proposta foi enviada com urgência constitucional para a Câmara e tem potencial de arrecadar R\$ 7,05 bilhões em 2024, R\$ 6,75 bilhões em 2025 e R\$ 7,13 bilhões para 2026, segundo a Fazenda.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 29/08/2023

CÂMARA APROVA URGÊNCIA DO PROJETO QUE PRORROGA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO PARA 17 SETORES

Jabuti que inclui municípios na medida deve ser inserido no texto principal, votação do mérito deve acontecer na quarta-feira

Por Victoria Abel O Globo — Brasília

O projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia até 2027 teve a urgência aprovada no plenário da Câmara dos Deputados, por 390 a 15, nesta terça-feira. O mérito da proposta será votado nesta quarta.

A desoneração da folha de pagamento permite que até 17 setores que mais empregam paguem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários.



Plenário da Câmara dos Deputados durante votação — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo/22-08-2023

Entre os setores beneficiados estão: têxtil, calçados, construção civil, call center, comunicação, empresas de construção civil, fabricação de veículos, tecnologia e transportes.

— Nosso objetivo é garantir a desoneração para as empresas, para dar previsibilidade. O projeto não tem dificuldade de tramitar, nem de ser aprovado. É importante que o projeto seja aprovado na quarta-feira.

Sofrendo alterações e indo ao Senado, que tramite com celeridade, para que possa ser sancionado o quanto antes. Sem a desoneração, aumentaria muito os custos das empresas e iriam acontecer milhões de demissões no nosso país — disse a relatora do projeto, deputada Any Ortiz (Cidadania-RS).

Segundo dados do Ministério do Trabalho, com a desoneração, as empresas passaram a empregar mais. Entre 2018 e 2022, o número de postos formais gerados nos setores beneficiados pela medida aumentou 15,5%. Já nos segmentos sem desoneração, a alta foi de apenas 6,8%. Os dados mostram ainda que, sem a desoneração, os 17 setores teriam deixado de gerar 1,6 milhão de empregos com carteira no período.

A deputada afirmou ainda que a redução de alíquota previdenciária para todos os municípios brasileiros será incluída no relatório. Portanto, o trecho estará no texto-base votado em plenário.

— Isso vai estar no relatório. Está acertado. Essa é a discussão que estamos fazendo agora, como incluir todos os municípios, mas com escalonamento de alíquota. Estamos discutindo com a equipe técnica qual será o indicador. A inclusão tem o apoio do (liderança) governo aqui na Câmara — afirmou Ortiz.

O "jabuti" dos municípios, ou seja, proposta que pega carona em outro projeto, tem sido alvo de crítica de especialistas. Enquanto a desoneração para setores da iniciativa privada tem ajudado na geração de vagas, a medida para as prefeituras irá transferir despesas para o Tesouro Nacional, sem efeito sobre emprego, já que os servidores têm estabilidade.

Ao passar no Senado Federal, uma emenda do senador Angelo Coronel (PSD-BA) incluiu no texto a redução da contribuição previdenciária de 20% para 8% para municípios com população inferior a 142,6 mil habitantes.

Orçamento: Após reunião com Lula, governo descarta mudar a meta de zerar o déficit em 2024. Agora na Câmara, uma outra proposta, do líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA), prevê ampliar este benefício para todos os municípios brasileiros, mas de forma escalonada, conforme o PIB per capita. A medida custaria cerca de R\$ 9 bilhões ao ano para os cofres do Tesouro.

Os deputados ainda discutem uma terceira proposta, que seria usar como critério o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Fonte: O Globo - RJ
Data: 29/08/2023

PACHECO REÚNE 19 GOVERNADORES NO SENADO E DIZ QUE REFORMA TRIBUTÁRIA SERÁ APROVADA EM OUTUBRO, MAS 'SEM AÇODAMENTO'

Proposta está em tramitação na Casa, após ter sido aprovada na Câmara dos Deputados
Por Geralda Doca



Votação da MP dos Ministérios no Senado Federal, com Rodrigo Pacheco e Jaques Wagner — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

Ao abrir a sessão do plenário para discutir a Reforma Tributária com governadores, nesta terça-feira, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que a proposta será discutida de forma ampla, sem açodamento. Ele mantém a aprovação da matéria em outubro e informou que todo o mês de setembro serão realizadas audiências com prefeitos e vários setores da sociedade.

- Nada será aprovado de forma açada - afirmou Pacheco.

Entre governadores e vice-governadores, 19 compareceram. Não vieram governadores dos estados do Acre, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba e Rio Grande do Norte. De forma geral, todos enviaram representantes.

O secretário Extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, que representou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, iniciou a fala, reiterando que o Conselho Federativo a ser criado pela reforma para gerir o Imposto de Bens e Serviços (IBS), que unifica ICMS e ISS, será um órgão técnico, sem poder para tomar decisões políticas e sem qualquer participação da União.

- O Conselho apenas rodará o algoritmo, não tem autonomia para dizer quanto irá para cada estado - disse Appy.

O secretário também destacou que a distribuição dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional, será uma decisão política e que o foco deverá ser o de combater as desigualdades regionais. Esses dois pontos da reforma enfrentam divergências entre os governadores.

Os primeiros governadores a discursarem, como de Alagoas, Paulo Dantas, do Amapá, Clécio Luís, do Piauí, Rafael Fonteles e Wilson Lima, do Amazonas, pediram ao Senado para incluir no texto da reforma regras detalhadas sobre o Conselho Federativo, alegando que por lei complementar, como pretende o governo federal, os estados perderão autonomia.

- Se nós deixarmos as regras do Conselho serem decididas por lei complementar, os estados perderão autonomia. Se deixarmos para lei complementar, nós perderemos o controle. Se temos ajustes a fazer, essa Casa é que a melhor fará, preservando o pacto federativo - disse o governador do Amapá.

Os governadores querem ainda elevar de R\$ 40 bilhões para R\$ 75 bilhões, a verba do fundo que o governo federal pretende aportar para compensar eventuais perdas com o fim da guerra fiscal. Eles defendem ainda reduzir o prazo de transição de 50 anos para 26 anos para implementação total da tributação na origem para o destino.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 29/08/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

META DE 2024: HADDAD NÃO PODE CEDER À PRESSÃO DO GOVERNO LULA PARA NÃO DAR TIRO NO PÉ NO ARCABOUÇO

Mudança no primeiro ano renovaria o que se viu no passado, quando todos os anos o governo tinha que mudar a meta; ministro de comprometeu a zerar o rombo das contas públicas no ano que vem
Por Adriana Fernandes - EXCLUSIVO PARA ASSINANTES

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, não pode ceder à pressão para o governo Lula propor uma mudança da meta de zerar o déficit das contas públicas em 2024.

Não há razão agora para ele fazer isso, considerando o desenho do novo arcabouço, que garantiu maior flexibilidade para o próprio descumprimento da meta e medidas de correção do rumo em seguida.

Não há punição legal para o descumprimento desde que, uma vez detectado o risco, o governo contingencie (bloqueie preventivamente) as despesas para cumprir a meta fiscal. Esse é um ponto central que diferencia do passado.



Apesar da pressão, Haddad afirmou que meta será mantida. Foto: Andre Borges/EFE

Se o governo fizer essa mudança agora, uma semana após aprovação da nova regra fiscal, estará dando um tiro no pé no nascedouro do novo arcabouço. O sarrafo do ajuste cai e este é importante para dar confiança à sustentabilidade fiscal nos médio e longo prazos. A mudança no primeiro ano renovaria o que se viu no passado, quando todos os anos o governo tinha que mudar a meta.

É um risco reputacional que terá efeitos também nas expectativas de inflação e no processo de queda dos juros, que mal começou. O Banco Central colocaria a mudança da meta fiscal na conta de até quando e quanto ir na queda dos juros.

Quem pede a mudança agora não entendeu o próprio espírito do arcabouço, ou que parece ser mais certo, quer mais espaço para gastar sem o mínimo esforço de rever o que se gasta mal.

A emenda da transição já garantiu um espaço de R\$ 168 bilhões a mais no orçamento, além do arcabouço que permite um crescimento das despesas em até 2,5% acima da inflação.

Pode-se questionar a meta de Haddad de zerar o déficit das contas públicas. Não há dúvida que ela foi ousada porque não há garantias de que as medidas de arrecadação de tributos vão garantir as receitas que o ministro Haddad espera. Mas quando ela foi decidida – ainda em abril – havia muita desconfiança com a política econômica tocada pelo ministro.

Na verdade, o medo daqueles que pressionam pela mudança da meta é o do acionamento dos planos B, C, D e E pelo ministério da Fazenda, caso o plano A de aumento da arrecadação não seja suficiente. É o medo do que vem por aí, inclusive de o governo ter que cortar despesa, o que não fez até agora. Haddad parece determinando em seguir com o plano original.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 29/08/2023*

CRUZEIROS MARÍTIMOS VIRAM OPÇÃO PARA QUEM QUER FUGIR DOS ALTOS PREÇOS DE PASSAGENS AÉREAS

'Marinheiros de primeira viagem' discordam que passeios em navios sejam cafonas, como muitos pensam; entenda

Por Ceylan Yeginsu

THE NEW YORK TIMES - LIFE/STYLE - A ideia de ficar preso em um navio gigante no meio do oceano com milhares de pessoas deixou Holden Brown ansioso. Não só por causa das histórias de terror sobre passageiros presos em navios de cruzeiro durante a pandemia (embora estas fossem responsáveis por parte da ansiedade). “Sempre pensei nos cruzeiros como férias cafonas para idosos”, revelou Brown, de 32 anos, membro da equipe de logística da Supreme, empresa de roupas casuais sediada em Nova York.



Tom McAlpin, presidente-executivo da Virgin Voyages, que começou em 2021, diz que a esperança é que um cruzeiro da Virgin seja visto como algo como “um hotel boutique em alto mar”. Foto: Virgin Voyages/The New York Times

Mas, em outubro deste ano, ele e sua irmã, Genevieve, de 29 anos, que é gerente na mesma empresa, farão um cruzeiro de 11 noites no Norwegian Prima, partindo de Barcelona, na Espanha, e terminando em Roma, com paradas que incluem Florença, na Itália; Valência e Ibiza, na Espanha; e Cannes, na França. O custo?

Cerca de US\$ 2 mil cada, incluindo um quarto com vista para o mar, refeições, bebidas e um pacote básico de Wi-Fi. O motivo? “Dá para conhecer todos esses lugares diferentes e fazer passeios de um dia sem ter de ficar carregando bagagem”, disse Brown.

Com as tarifas aéreas em alta há cinco anos, acomodações limitadas em destinos populares e a demanda reprimida por viagens, muita gente está considerando o cruzeiro uma alternativa atraente a viajar em terra. O interesse está mais alto do que nunca entre as gerações mais jovens, que nunca fizeram um cruzeiro. Entre os viajantes da geração millennial e da geração X, 73% consideram fazer um cruzeiro de férias, de acordo com uma pesquisa feita pela Associação Internacional de Linhas de Cruzeiro (CIIA, na sigla em inglês), a associação comercial do setor. Dos 4.500 entrevistados que fizeram seu primeiro cruzeiro, 88 por cento dos millennials e 86 por cento da geração X disseram que fariam outro, informou a CIIA. A projeção da associação é que, em 2023, o turismo de cruzeiros chegue a 106 por cento do volume de passageiros de 2019. “É muito cômodo embarcar em um navio, com refeições, bebidas e atividades inclusas”, comentou Brown.

Segundo a Carnival, maior operadora de cruzeiros dos Estados Unidos, o número de passageiros que navegaram com a empresa pela primeira vez entre abril e junho deste ano foi maior do que em 2019. “O consumidor quer diversão, experiências, comida e entretenimento excelentes a um bom preço, e é isso que os cruzeiros de férias oferecem”, afirmou Chris Chiames, diretor de comunicação da Carnival.

Jonathon Fishman, porta-voz da Royal Caribbean Group, informou que a empresa pretende atender a diferentes idades e categorias demográficas, acrescentando que os atuais passageiros da Royal Caribbean são mais jovens do que antes da pandemia.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 29/08/2023

LULA TERÁ 38 MINISTÉRIOS; SÓ PERDE PARA DILMA NO ‘INCHAÇO’ DA ESPLANADA

Petista anunciou nesta terça-feira, 29, a criação do Ministério da Micro e Pequena Empresa, que pode abarcar o Centrão e facilitar a saída da reforma ministerial do papel

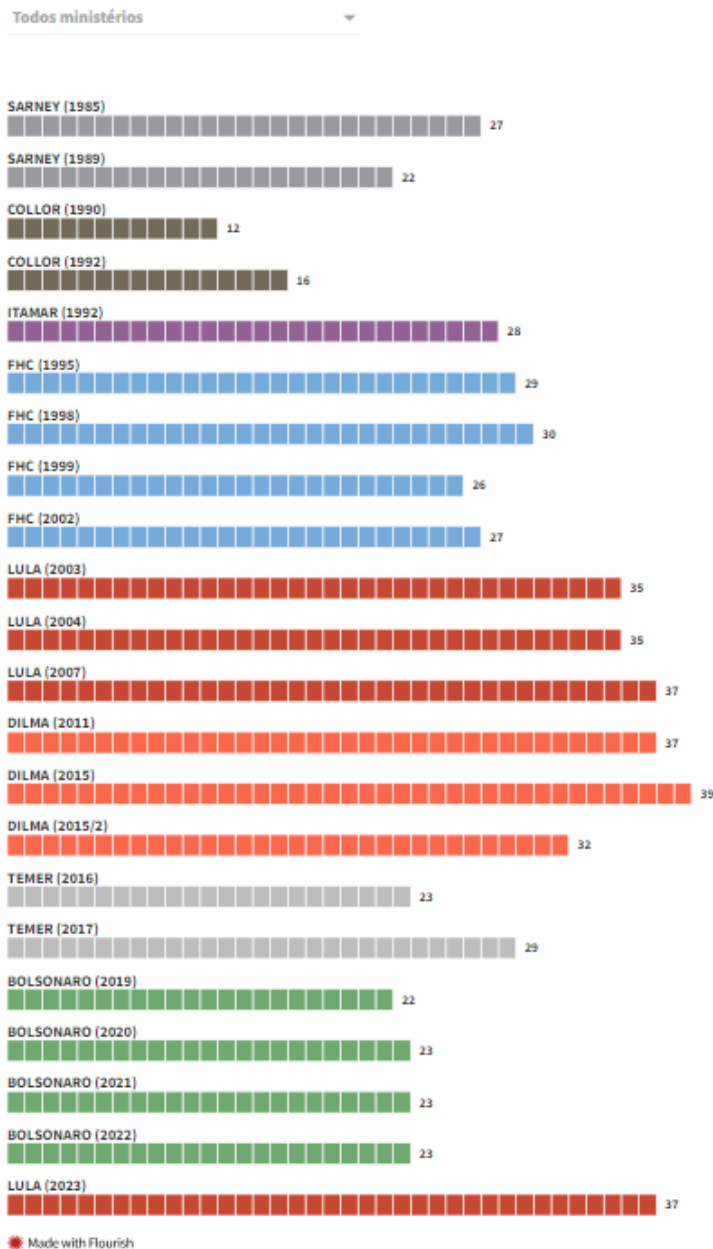
Por Natália Santos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou nesta terça-feira, 29, a criação de mais um ministério. Com a pasta da Micro e Pequena Empresa, o governo passará a ter 38 ministérios. É o maior número comparado com os outros dois mandatos do petista. O recorde continua sendo o



segundo governo de Dilma Rousseff (PT), com 39 ministérios – maior quantidade desde a redemocratização.

A nova pasta será chave na reforma ministerial negociada pelo petista para incluir o Centrão no governo. A gestão de Jair Bolsonaro (PL) terminou com 23 pastas. O ex-presidente também aumentou um ministério para incluir partido do bloco na Esplanada.



A criação da nova pasta neste terceiro mandato de Lula foi anunciada no programa “Conversa com o Presidente”, produzido pela EBC. “Estou propondo a criação do Ministério da Pequena e Média Empresa, das Cooperativas e dos Empreendedores Individuais, para que tenha um ministério específico para cuidar dessa gente que precisa de crédito e de oportunidade”, disse o presidente nesta terça.

Na primeira gestão, Lula tinha 35 ministérios. Ao se reeleger e reassumir o cargo, o petista aumentou duas pastas na conta, passando para 37.

De Sarney a Lula, veja os ministérios de cada gestão

Brasil soma desde a redemocratização de 1985, 22 reformas ministeriais e em média 27 ministérios por governo

Para o cientista político e Professor da FGV de São Paulo, Eduardo Grin, a criação de um novo ministério surge de forma estratégia para Lula se equilibrar entre manter aliados, mulheres e representantes negros e indígenas no governo, ao mesmo tempo em que possibilita abrir espaço para

os partidos do bloco, como Republicanos e PP.

“Diante de diversos interesses, com todo mundo querendo um ministério com dinheiro e que tenha bastante visibilidade, e sabendo que, ao mesmo tempo, não tem isso para todo mundo, é preciso criar uma agenda como essa da Micro e Pequena Empresa e tentar dourar a pílula dizendo que esse ministério é importante, que vai atuar numa área estratégica, ajudar na criação de emprego para atrair atenção dos interessados”, disse.

Negociação entre governo Lula e Centrão

As negociações com o Centrão ocorrem há quatro meses. Os nomes dos deputados federais André Fufuca (PP-MA) e Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) já estão certos para compor o primeiro escalão, mas falta ainda a definição de quais pastas eles comandarão. Até o momento, o mais



provável é que Costa Filho assuma Portos e Aeroportos no lugar de Márcio França, que deve ser remanejado para o Ministério da Ciência e Tecnologia, até então liderado pela ministra Luciana Santos (PCdoB). Ela assumiria o Ministério das Mulheres, hoje sob comando de Cida Gonçalves (PT). O PP quer colocar Fufuca no Ministério do Desenvolvimento Social, liderado hoje por Wellington Dias (PT).

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 29/08/2023

PREFEITOS PRESSIONAM E GOVERNO CEDE NA DESONERAÇÃO DA FOLHA; CÂMARA APROVA REGIME DE URGÊNCIA

Inclusão de benefício a municípios pode custar R\$ 11 bi aos cofres públicos

Por Mariana Carneiro e Giordanna Neves

BRASÍLIA – Os aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não resistiram ao projeto de lei que incluiu os municípios na desoneração da folha de pagamentos (redução de encargos trabalhistas), num impacto adicional avaliado em até R\$ 11 bilhões aos cofres do governo federal.

O pedido para que o projeto seja apreciado em regime de urgência – o que faz com que fure a fila na tramitação na Câmara – foi aprovado por 390 votos favoráveis contra 15 votos contrários na noite desta terça-feira, 29.

A liderança do governo e do PT orientaram os parlamentares a votar favoravelmente à medida. O único voto contrário no PT veio de Lindbergh Farias (PT-RJ), que acusou o Congresso de “sabotagem” à política econômica do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

“O mesmo Congresso que aperta no arcabouço fiscal agora aprova isso, explodiram o arcabouço”, queixou-se Lindbergh ao Estadão durante a votação.

A capitulação do governo começou horas antes, na reunião de líderes na residência oficial do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ao meio-dia. Os deputados discutiam como atender aos prefeitos, que dizem estar em crise devido à queda da arrecadação, sem contaminar o projeto original de desoneração da folha, que atende aos 17 setores que mais empregam e que pleiteiam esticar o benefício até 2027.

Políticos governistas e também de oposição entendem que há risco de inconstitucionalidade no pleito dos prefeitos, uma vez que a reforma da Previdência vedou a concessão de novos benefícios custeados com a renúncia fiscal de contribuições previdenciárias.

Mas os deputados não quiseram comprar briga com prefeitos, a quase um ano das eleições municipais. Segundo quatro líderes presentes à reunião, ninguém, nem mesmo os representantes do governo, propuseram retirar as prefeituras do projeto de desoneração.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), e o líder do PT, Zeca Dirceu (PT-PR), disseram que o governo aceitaria atender aos municípios, o que desobrigou os líderes de partidos da base à resistência.

Ao Estadão, Guimarães disse que não havia como resistir, dado o apoio maciço dos deputados aos municípios. Nos últimos dias, prefeitos fizeram uma agenda intensiva de pressão sobre os parlamentares. Alguns deles acompanharam a votação do pedido de urgência de dentro do plenário.

A expectativa agora é de que, após a votação na Câmara, com alterações, o tema volte ao Senado, o que dará tempo para Haddad e para o governo organizarem uma alternativa, caso queiram comprar o desgaste com prefeitos.



Arthur Lira não escondeu dos demais líderes a insatisfação com o assunto. Queixou-se de que o Senado havia aprovado o texto por unanimidade e empurrado o problema da inconstitucionalidade para a Câmara, e também o impacto fiscal.

Mais cedo, a jornalista, lançou crítica à Casa vizinha: “O governo não tem efetivamente como cobrar da Câmara dos Deputados o que não realizou no Senado. A Câmara e líderes começam a se queixar de matérias que vêm mal conduzidas da articulação do Senado para a Câmara”.

A ideia dos deputados é mexer no texto que foi aprovado no Senado, em que uma emenda proposta pelo senador Angelo Coronel (PSD-BA) permite que municípios com até 142 mil habitantes sejam atendidos pelo benefício.

Os deputados avaliam que o corte populacional não cria um critério econômico, que possa refletir o problema de caixa enfrentado pelos municípios. Por isso, estudam alternativas em que o benefício seja decrescente de acordo com o IDH do município ou segundo o PIB per capita.

O argumento é que o critério do PIB foi adotado em projeto apresentado pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e que por isso teria apoio de senadores.

Wagner, por sua vez, rejeita o argumento e diz que “não tinha consciência” à época que se tratava de um benefício com risco de ser considerado inconstitucional. “O que tem que ser feito é que haja um tratamento diferenciado para os pequenos municípios, para evitar que de tempos em tempos venham pedir refinanciamento”.

Se nada mudar, a avaliação final sobre o projeto cairá no colo de Lula e da sua equipe do Palácio, que deverá avaliar a validade constitucional da desoneração aos municípios na sanção. Segundo descreveu um deputado, sob reserva, a bomba cairá por fim na mão de Lula.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 29/08/2023

CHINA SERÁ PARCEIRO DECISIVO PARA PETROBRAS RETOMAR PRESENÇA GLOBAL, DIZ PRATES

Presidente da estatal chegou no final de semana ao país asiático em missão; companhia assinou dois memorandos de entendimento com bancos chineses

Por Denise Luna

RIO - Após assinar memorandos de entendimentos com dois bancos chineses, anunciados na noite de segunda-feira, 28, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, afirmou em redes sociais que o país asiático “será um parceiro decisivo na estratégia da Petrobras para retomar presença global”.

O executivo chegou no final de semana à China em missão acompanhada pelo diretor de Transição Energética, Maurício Tolmasquim, e o diretor Financeiro e de Relações com o Mercado, Sérgio Caetano Leite, entre outros.

“A China será um parceiro decisivo na estratégia da Petrobras para retomar presença global. Enxergamos o mercado chinês como prioritário nesse processo. Vamos buscar oportunidades e trabalhar em parceria com empresas chinesas e de outros países”, disse Prates.

Segundo ele, a assinatura de dois memorandos de entendimentos com o China Development Bank (CDB) e com o Bank of China são iniciativas “extremamente importantes para fortalecer” a Petrobras.

Os acordos assinados têm prazo de cinco anos e estão em linha com o plano que será divulgado em novembro, ressaltou.

“Os acordos estão alinhados aos elementos estratégicos do Plano 24-28, que visam preparar a Petrobras para um futuro mais sustentável em iniciativas de baixo carbono e finanças verdes, contribuindo para o sucesso da sua transição energética”, disse Prates.

Em entrevista ao Estadão/Broadcast, Tolmasquim informou que a companhia planeja entrar no mercado de negociação de créditos de carbono, tanto na ponta de compra como de venda.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 29/08/2023

ECONÔMICO
Valor

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

GOVERNO OFERECE PELA SEGUNDA VEZ MINISTÉRIO DA PEQUENA EMPRESA AO REPUBLICANOS

Objetivo é tentar manter Portos e Aeroportos com Márcio França, mas oferta não empolga

Por Andrea Jubé, Valor — Brasília



Deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) — Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Em meio à expectativa de desfecho da reforma ministerial, o governo voltou a oferecer o futuro Ministério da Micro e Pequena Empresa para o Republicanos, na tentativa de manter Portos e Aeroportos com o ministro Márcio França, do PSB. O partido cobiça a vaga do PSB na Esplanada. Nesta terça-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou a disposição de recriar a pasta, durante o programa semanal nas redes sociais "Conversa com o

Presidente".

O ministério foi oferecido ao líder da bancada, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), e ao ex-líder e indicado da legenda para se tornar ministro, deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE). A oferta aconteceu na noite desta segunda-feira (28), pelos ministros da Casa Civil, Rui Costa, e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, em nome de Lula.

Embora a oferta da pasta, ainda a ser criada, já tenha sido feita anteriormente ao Republicanos, Lula avalizou que fosse retomada a conversa, com novos argumentos. Primeiro, de que o presidente já formalizaria nesta terça-feira a decisão de recriar a pasta, materializando o novo ministério. Em segundo lugar, o partido foi informado de que Lula pretende investir na nova pasta, garantir um orçamento atrativo, porque milhões de brasileiros desejam empreender.

Mesmo assim, os ministros ouviram dos porta-vozes do Republicanos que o partido não tem interesse no ministério. O argumento é de que a direção nacional da sigla – presidida pelo deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP) – já sinalizou aos dirigentes partidários de todos os Estados que o partido deve ficar com a pasta hoje chefiada por França.

Na sexta-feira (18), quando se reuniu com Márcio França, Lula ouviu do aliado que ele gostaria de permanecer no comando da pasta, até porque um dos focos de interesse é o Porto de Santos, seu reduto político. Com a mudança, a área vai para o maior adversário político de França, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

No programa "Conversa com o Presidente", que foi ao ar na manhã desta terça-feira, Lula disse que está propondo a "criação do Ministério da Pequena Empresa, das Cooperativas e dos Empreendedores Individuais para que tenha um ministério específico para cuidar dessa gente que precisa de crédito e de oportunidade". Ele justificou que "tem gente que prefere trabalhar em casa, que prefere trabalhar na rua, que prefere abrir uma salinha para produzir alguma coisa e vender".

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 29/08/2023

PLANALTO AVANÇA EM NEGOCIAÇÕES PARA ENTREGAR MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS AO REPUBLICANOS

Principal preocupação é com a possibilidade de abrir caminho para privatização do Porto de Santos, promessa de campanha de Tarcísio de Freitas

Por Renan Truffi, Fabio Murakawa, Murillo Camarotto e Andrea Jubé, Valor — Brasília



Porto de Santos — Foto: Anna Carolina Negri/Valor

Apesar de ter uma negociação avançada para que o Republicanos assuma o controle do Ministério de Portos e Aeroportos, integrantes do Palácio do Planalto admitem preocupação, nos bastidores, com a possibilidade de que isso facilite o caminho para a privatização do Porto de Santos.

O motivo é que, no atual desenho de uma iminente reforma ministerial, a pasta deve ficar com o deputado federal Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), cujo partido é o mesmo do atual governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

A ideia de privatizar o Porto de Santos é uma das principais promessas de campanha de Tarcísio, mas vem esbarrando, principalmente, na postura do atual ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França (PSB), que é contra a medida e rival político do governador de São Paulo.

Com a possível substituição dele por Silvio Costa Filho, entretanto, o caminho ficaria livre para a volta da articulação pela entrega do Porto à iniciativa privada, já que o possível novo ministro e Tarcísio são do mesmo partido.

Diante do risco, interlocutores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva admitem que uma possibilidade é tentar costurar um acordo, antes da nomeação de Costa Filho, para que ele faça um compromisso de não levar a privatização à frente. O problema é que o deputado deverá se reportar também ao atual presidente do Republicanos, Marcos Pereira, que trabalha para projetar Tarcísio de Freitas como uma liderança nacional da sigla.

Ocupar o Ministério de Portos e Aeroportos é estratégico para o Republicanos. Além da grande capacidade de receber emendas parlamentares, a nomeação vai retirar Márcio França do caminho. O atual ministro tem sua base política em Santos, justamente onde fica o maior porto brasileiro. Na prática, a perda do ministério pode representar uma grande derrota para ele e o PSB, partido do vice-presidente Geraldo Alckmin.

Na sexta-feira (18), quando se reuniu com França, Lula ouviu do aliado que ele gostaria de permanecer no comando da pasta.

Por conta disso, uma alternativa seria encaixar Silvio Costa Filho em outro cargo na Esplanada, como no futuro Ministério de Micro e Pequenas Empresas, que Lula confirmou nessa terça-feira que criará. O Valor apurou que a pasta foi oferecida ao Republicanos pelo menos duas vezes, mas foi recusada em ambas as oportunidades.



A última oferta aconteceu na noite dessa segunda-feira (28), pelos ministros da Casa Civil, Rui Costa, e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, em nome de Lula. Na ocasião, a estrutura foi oferecida ao líder da bancada, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), e a Silvio Costa Filho.

Embora a oferta da pasta já tenha sido feita anteriormente, Lula avalizou que fosse retomada a conversa, com novos argumentos. Primeiro, de que o presidente já formalizaria nesta terça-feira a decisão de recriar a pasta, materializando o novo ministério. Em segundo lugar, o partido foi informado de que Lula pretende investir na nova pasta, garantir um orçamento atraente, porque milhões de brasileiros desejam empreender.

Mesmo assim, os ministros ouviram dos porta-vozes do Republicanos que o partido não tem interesse no ministério. O argumento é de que a direção nacional da sigla já sinalizou aos dirigentes de todos os Estados que o partido deve ficar com a pasta de Infraestrutura.

Desenvolvimento Social

Em outra frente, o governo negocia com o PP a entrada do deputado André Fufuca (PP-MA) em um ministério. A possibilidade mais forte até o momento é uma divisão do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), de modo que o atual titular da pasta, Wellington Dias (PT), permaneça à frente de programas como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Já o partido do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), levaria uma nova pasta responsável por ações de assistência social.

O destino do BPC é ponto de atrito. Um segmento do governo defende que o programa, voltado a pessoas com deficiência ou com 65 anos e baixa renda, fique como “prêmio de consolação” para o Centrão, e só o Bolsa Família permaneça sob a gestão de Dias. O benefício, no entanto, é estratégico. Para se ter uma ideia, na prática, foi responsável pelo repasse de aproximadamente R\$ 40,8 bilhões entre janeiro e junho deste ano. Em 2022, a política pública bateu R\$ 70 bilhões em repasses.

Há ainda, segundo interlocutores do Planalto, a movimentação do PP para ocupar o MDS em sua totalidade, sem divisão. Essas fontes afirmam que a proposta ainda está sendo analisada, embora as versões a respeito do tema sejam contraditórias dentro do próprio Palácio. Um ministro de Lula disse ao Valor acreditar que essa alternativa dificilmente se concretizará. Outra fonte, do segundo escalão, afirma que a entrega do MDS inteiro ao PP é a possibilidade mais forte “no retrato do momento”. Lula reúne-se nesta quarta-feira com Dias, Costa e Padilha. A expectativa é que o tema seja tratado no encontro.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 29/08/2023

LULA ADMITE CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DE PEQUENAS EMPRESAS

Menção foi feita durante programa semanal "Conversa com o Presidente" e ocorre em meio a negociações para ampliar a participação do Centrão na Esplanada

Por Fabio Murakawa, Valor — Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva admitiu nesta terça-feira a possibilidade de criação de uma pasta para cuidar dos microempreendedores, que ele chamou de Ministério da Pequena Empresa, das Cooperativas e dos Empreendedores Individuais.

A fala, em seu programa semanal "Conversa com o Presidente", ocorre em meio a negociações para ampliar a participação do Centrão na Esplanada.

"Este ano, possivelmente, nós vamos chegar a [criar] 2 milhões de empregos com carteira assinada ou mais. Esse é o emprego que vale. Mas nós também sabemos que tem muita gente que não quer carteira assinada. Tem muita gente querendo ser empreendedor individual, coletivo", disse Lula. "Eu estou propondo a criação do Ministério da Pequena Empresa, das Cooperativas e dos

Empreendedores Individuais. Para que tenha um ministério específico para cuidar dessa gente que precisa de crédito e de oportunidade Leia também: Haddad diz estar aberto a conversar com municípios sobre desoneração da folha CEO da Petrobras diz que incêndio em refinaria dos EUA elevou preços de combustíveis em contratos futuros.

Segundo Lula, "tem gente que prefere trabalhar em casa, que prefere trabalhar na rua, que prefere abrir uma salinha para produzir alguma coisa e vender". "Nós precisamos entender que essa gente tem importância. E dar condições dessas pessoas terem acesso a crédito para dar o pontapé inicial", disse.

Apesar de a ideia da criação desse ministério ter surgido em meio às negociações com o Centrão, a ideia de ocupá-lo não empolgou nem o Republicanos nem o PP. Assim, a expectativa de aliados é que o cargo fique com algum aliado de Lula a ser remanejado em uma dança das cadeiras na Esplanada.

A possibilidade mais forte hoje é que o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) seja dividido em dois, mantendo o Bolsa Família nas mãos do atual ministro, Wellington Dias (PT). Assim, o PP ganharia um segundo ministério com controle sobre ações de assistência social. A legenda indicou o deputado André Fufuca (MA) como futuro ministro de Lula.

Já o Republicanos reivindica o Ministério de Portos e Aeroportos, mas os ministérios de Ciência, Tecnologia e Inovação e Esportes ainda estão na mesa de negociação. O indicado do partido é o deputado Sílvio Costa Filho (PE).

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 29/08/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO DA SANTOS BRASIL RECEBEM R\$ 4 MILHÕES DE INVESTIMENTOS EM TECNOLOGIA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 29/08/2023 - 19:08



A Santos Brasil está investindo R\$ 4 milhões na atualização da tecnologia das plataformas sistêmicas de gestão de transportes e dos seus dois Centros de Distribuição localizados em São Bernardo do Campo (SP), com o objetivo de modernizar as operações. Além das melhorias em TMS (Transportation Management System) e WMS (Warehouse Management System), os aportes incluem a modernização da Torre de Controle Logístico.

Com os investimentos, a companhia oferece uma solução completa de monitoramento integrado ao TMS, com visibilidade de toda operação do transporte rodoviário, abrangendo desde o planejamento de viagens, programação da carga, acompanhamento em tempo real até a gestão de ocorrências e prestação de contas ao contratante.

A Santos Brasil possui dois Centros de Distribuição localizados em São Bernardo do Campo (SP). É a única empresa com recintos aduaneiros nas duas margens do Porto de Santos, os Clias Santos e Guarujá.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/08/2023

COMEÇA A TEMPORADA DE EXPORTAÇÃO DE FRUTAS FRESCAS PELO PORTO DO PECÉM

Da Redação *PORTOS E LOGÍSTICA* 29/08/2023 - 19:00



Foram embarcadas 2,5 mil toneladas de frutas frescas em operação realizada na madrugada do domingo (27), no Porto do Pecém. O navio "MSC Sofia Celeste" abriu a temporada 2023/2024 de exportação de frutas frescas. A carga inicial incluiu melões, melancias, mangas e uvas produzidas nos estados do Ceará, Rio Grande Norte, Pernambuco e Bahia.

Desse volume inicial embarcado, 98% serão descarregados nos portos de Roterdã e de Londres. O restante seguirá para outros portos da Europa. "A exportação de frutas frescas é um dos nossos carros-chefes. Estamos com uma expectativa muito positiva com a safra este ano, tanto para a Europa quanto os Estados Unidos", destaca André Magalhães, diretor Comercial do Complexo do Pecém.

Na viagem inicial foram embarcados 121 contêineres refrigerados (reefers) de 40 pés, o equivalente a 200 TEUs. No mesmo fim de semana, foram embarcados 112 reefers para os Estados Unidos, totalizando 233 contêineres refrigerados.

"A MSC vem mantendo um serviço dedicado, apostando na localização estratégica do Pecém, um terminal que nos oferece qualidade e segurança, onde 100% das frutas são pesadas e escaneadas. São condições que favorecem e viabilizam a exportação. Desde então, tem sido um sucesso", resume Daniel Soares, gerente da MSC em Fortaleza e no Pecém. A empresa opera no Pecém desde a inauguração do porto, em 2002, mas o serviço de exportação de frutas teve início em 2017.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/08/2023

ARTIGO - A CADEIA DE SUPRIMENTOS ESTÁ SENDO VISTA PELA ÁREA DE PETRÓLEO E GÁS DE FORMA EFICIENTE?

Por Alexandre Faria *OPINIÃO* 29/08/2023 - 18:52



O risco ESG é atualmente um dos principais pontos de atenção em termos de impacto e probabilidade de ocorrência nas agendas das corporações. Dentro do setor de energia, as soluções de suprimentos começam a ser medidas pelos diferentes impactos que esta área opera.

A adequada gestão da cadeia de suprimentos garante que os recursos possam ser utilizados de forma eficiente. Isto, por sua vez, ajuda a reduzir os custos operacionais e aumentar a rentabilidade do setor produtivo da área energia.

De acordo com estudos do Ministério de Minas e Energia (MME), a procura de petróleo e gás aumentará exponencialmente no futuro. Isto deu origem a um aumento do nível de concorrência entre os fornecedores de petróleo e gás.

A criação de parcerias a longo prazo se torna cada vez mais estratégica para a cadeia de suprimentos, estabelecendo preços cada vez mais competitivos. Segundo estimativas, a procura global de petróleo e gás deverá atingir os impressionantes US\$ 4 bilhões até 2040, resultando assim em um aumento drástico no custo da produção e extração do petróleo.

Conforme estudo publicado pela EY em início de 2023, as empresas trabalham para ter uma equipe dedicada na gestão estratégica de suprimentos, analisando e prevendo dados que possam implicar em quebra de fornecimento para os projetos em curso e os que ainda estão em fase de análise de viabilidade. Tais grupos estão estabelecendo ligação entre os gestores das operadoras de petróleo com o seu público consumidor. Estes grupos têm como missão compreender todo o funcionamento, dos poços aos postos, sugerindo a implantação de novas tecnologias e aumentando, assim, a eficiência no desenvolvimento de novas estratégias para aumentar a capacidade de produção. Dessa forma, a empresa pode facilmente satisfazer seus clientes e aumentar sua participação no mercado.

Diante disso o risco ESG, que é atualmente um dos principais pontos de atenção em termos de impacto e probabilidade de ocorrência nas agendas dos grande CEOs e suas corporações, começa a ser distribuído para as camadas de operação das empresas.

Pesquisa recente da EY apurou que, para 78% dos investidores da área de energia, os investimentos em ESG devem ser feitos mesmo com redução de lucro a curto prazo. A agenda ESG é um dos pilares que vem ganhando força no setor de suprimentos, sendo cada vez mais estratégico e entrando ainda mais no pipeline de negócios das empresas nos próximos anos, independentemente do tamanho empresarial e país de atuação. Todo este cenário ligado a ESG tornou-se determinante para investidores tomarem decisões sobre investir ou não em determinados modelos de negócios, reforça a pesquisa.

O ESG é um acrônimo, onde cada uma das letras descreve uma lente adicional que alguns investidores usam para decidir se uma determinada ação ou título parece uma boa estratégia.

Anders Opedal, da Equinor, menciona que: “Abordar questões ESG em toda a cadeia de fornecimento é um enorme desafio para as empresas e está claramente no topo da agenda da empresa”.

Anne-Laure, diretoria executiva da Siemens Energy, por sua, vez afirma que: “A importância da cadeia de suprimentos efetiva deve agir em conjunto com as camadas de ESG e as transições energéticas das organizações, moldando oportunidades para a estratégia executiva onde serão alavancados novos investimentos para tecnologias que buscam um futuro mais sustentável e viável.”

Não há dúvida que toda a cadeia de suprimentos alinhada a boas práticas de ESG propaga mais do que boas intenções e mostra a necessidade de se criar um plano tangível e prático que alcance resultados reais.

Ainda assim, todos estes desafios sugerem que muitas empresas estão na defensiva quando se trata de ESG e seus custos envolvidos. Mas, é evidente que mesmo os mais céticos precisam começar a pensar estrategicamente, antecipando os desafios e oportunidades que virão, permitindo enfrentar os maiores desafios de hoje e capturar as melhores oportunidades de amanhã.



Alexandre Faria é PhD na área de engenharia de suprimentos com foco em projetos digitais pela Universidade Federal Fluminense. Mestrado em tecnologia de Blockchain com foco em ferramentas e processos de digitalização para a cadeia de suprimentos. Pós-graduação em Gestão de Projetos pela Universidade Federal Fluminense e MBA em Projetos de Energia e ESG pela COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Consultor sênior para a empresa 2BSUPPLY. Psicanalista e Coach Profissional com certificação pelo IGT, International Coach Federation e ICF Brasil, tendo como ênfase análise comportamental e clareza de metas nas áreas profissionais e pessoais.

DIAGNÓSTICO E TRANSVERSALIDADE SERÃO IMPORTANTES PARA CONTEÚDO LOCAL FORTE, APONTA BNDES

Por Danilo Oliveira ESPECIAL NAVALSHORE 29/08/2023 - 20:11



Arquivo/Divulgação

Na visão do BNDES, já existe certa dimensão do nível de presença dos fornecedores locais e da capacidade de fornecimento das empresas instaladas no país

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) avalia que a elaboração de uma nova metodologia de conteúdo local para o setor naval depende de um diagnóstico consistente. A gerente do departamento de produtos e desenvolvimento de cadeias industriais do BNDES, Martha Madeira, observa que, com base em experiências anteriores, já existe uma certa dimensão do nível de presença dos fornecedores locais e da capacidade de fornecimento das empresas instaladas no país.

Ela citou também os trabalhos em curso da Câmara de Nacionalização para os Programas estratégicos da Marinha do Brasil, coordenado pela Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron). “Esse primeiro diagnóstico é fundamental para conseguir mais à frente elaborar uma boa política de conteúdo local”, disse Martha, na última semana, durante painel da 17ª Navalshore. Ela acrescentou a necessidade de listar itens transversais a outros setores industriais.

Martha destacou que, durante quatro anos da metodologia, o setor eólico chegou perto de 90% de conteúdo local. De 2013 a 2018, foram investidos aproximadamente R\$ 58 bilhões em projetos eólicos no Brasil, com cerca de 70% de participação de recursos do BNDES. Foram gerados mais de 40.000 empregos diretos e indiretos, segundo dados da ABEEólica. Também foram implementados 51 novos investimentos, em montante superior a R\$ 1 bilhão, em novas fábricas no país.

Antes de 2013, havia 2,5 gigawatts (GW) instalados e 33 fabricantes envolvidos, distribuídos em 7 estados produtores. De 2013 até 2018, com impacto da política de conteúdo local, a capacidade instalada subiu para 15,6 GW, com 150 fabricantes envolvidos e passou para 11 o número de estados produtores.

O BNDES adotou como metodologia a definição de componentes que deveriam ser nacionalizados ao longo das fases, em vez de utilizar índices de credenciamento a serem alcançados. O banco de fomento definiu os componentes que deveriam ser desenvolvidos e integrados aos aerogeradores para serem entregues nos parques eólicos.

O BNDES estabeleceu componentes a serem nacionalizados e tecnologias que deveriam ser desenvolvidas no país. “Sempre buscamos essa lógica do que é necessário mais tempo para desenvolvimento e se é necessário certificação internacional para determinado item. Começamos com exigência básica para estabelecer o processo de montagem do país”, pontuou Martha.

Ela lembrou que, na época em que foi desenvolvida a metodologia, o setor de O&G estava em baixa e diversos fabricantes estavam com produção parada. Segundo Martha, isso fez com que o banco tomasse a decisão de que determinados componentes poderiam ser produzidos no país para o setor eólico, por fabricantes que tradicionalmente eram voltados para o setor de O&G. “Essa transversalidade de capacidade produtiva é para segurar a demanda e a escala para os fabricantes e também levamos isso em conta [nas análises]”, disse.

Diversificação

A gerente do departamento de produtos e desenvolvimento de cadeias industriais do BNDES também defendeu a abertura de empresas brasileiras para participarem de negociações

internacionais. Há possibilidade de elas estarem no catálogo da OTAN (Organização do Tratado Atlântico Norte). O catálogo do BNDES tem mais de 8.000 fornecedores cadastrados e mais de 30.000 produtos disponíveis para serem financiados pelo banco.

Martha disse que existe um mapeamento que precisa ser feito para que seja possível introduzir essas empresas para essas negociações. “Mesmo que nossas forças não estejam precisando, pode ser que essas empresas nacionais consigam fornecer para empresas internacionais e manter sua produção forte”, projetou.

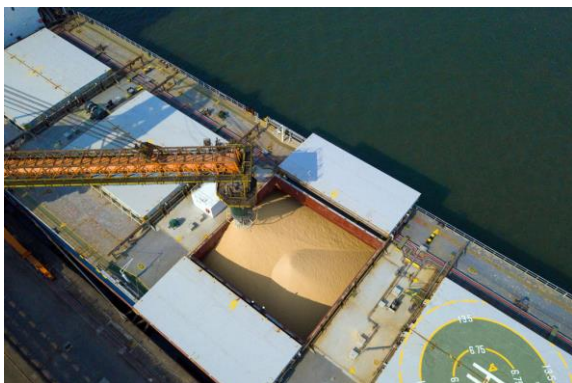
O BNDES é responsável pela aferição de conteúdo local de dois projetos da Marinha do Brasil, acompanhados pela Emgepron. Um deles é o Programa de Fragatas Classe Tamandaré, que prevê a construção de 4 unidades, a primeira com 30% e as demais com 40% de conteúdo local. O outro é o navio polar Almirante Saldanha, que prevê conteúdo local em torno de 45%.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/08/2023

PORTO DE SANTOS REGISTRA NOVOS RECORDES NA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 29/08/2023 - 18:42



O Porto de Santos movimentou em julho 15,3 milhões de toneladas de mercadorias, registrando a melhor marca para esse mês e ficando 5,2% acima do apurado em julho do ano passado (14,5 milhões de toneladas). Esse desempenho elevou em 0,8% o movimento acumulado do ano, que soma 96,3 milhões de toneladas, também recorde para o período.

As cargas do agronegócio lideram o crescimento, destacando-se a soja, com 2,1 milhões de toneladas em julho (+65,7%) e 26,7 milhões de toneladas no acumulado do ano (+16,3%); seguida pelo açúcar, com 2,2 milhões de toneladas no mês (+4,9%) e 10,4 milhões de toneladas nos 7 primeiros meses do ano (+4,9%).

O volume embarcado de milho no ano soma 4,3 milhões de toneladas, um crescimento de 3,7%. A expectativa é que esses embarques cresçam, ainda mais, tendo em vista a entrada neste segundo semestre da segunda safra dessa commodity.

O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, revela que a previsão é encerrar o ano com 18,8 milhões de toneladas de milho embarcadas, 28,4 milhões de toneladas de soja e 21,4 milhões de toneladas de açúcar. “O ciclo do escoamento do milho no Porto de Santos é de julho a dezembro, intercalando com a safra de soja (1º semestre)”, explica Pomini. E acrescenta: “a infraestrutura para atendimento às safras agrícolas está em expansão no complexo portuário de Santos. Players multinacionais de alimentos vêm fazendo investimentos na capacidade do Porto para movimentação de grãos e o último deles foi a Cofco, com o STS11, que já está com obras de expansão em andamento e será o maior terminal para grãos vegetais do país”.

O Porto de Santos escoou 27,2% das exportações nacionais de milho, de janeiro a julho, e 36,1% das exportações de soja.

No geral, os embarques atingiram no mês 11,6 milhões de toneladas, um crescimento de 8,6%, e no acumulado do ano, 71,7 milhões de toneladas, 2,9% acima do mesmo período de 2022. Já as descargas somaram 3,7 milhões de toneladas, ficando 5,2% abaixo do apurado em julho do ano anterior. O acumulado do ano chegou a 24,5 milhões de toneladas, também apresentando redução de 4,8%.

Destacaram-se, também, os embarques de graneis líquidos, como suco cítrico, com crescimento mensal de 16,1% e acumulado no ano de 8,3%; e de álcool, no mês 111,7% e nos 7 primeiros meses do ano 35,1%.

A movimentação de cargas containerizadas somou 420,3 mil TEUs, ficando 4,6% abaixo de julho do ano passado (440,6 mil TEUs), apesar de caracterizar-se como a segunda maior movimentação mensal no Porto para essa modalidade. O acumulado do ano se mantém 6,5% abaixo do mesmo período anterior, totalizando 2,6 milhões de TEUs.

Os graneis sólidos somaram no ano 52,8 milhões de toneladas, um crescimento de 7% e os graneis líquidos atingiram 10,8 milhões de toneladas, 1,5% a menos do que o mesmo período do ano anterior.

A atracação de navios nos sete primeiros meses do ano atingiu 3.125 embarcações, crescimento de 3,8%.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/08/2023

PORTO ITAPOÁ ZERA DESTINAÇÃO DE LIXO PARA ATERROS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 29/08/2023 - 18:39



Solução para resíduos orgânicos evitou que mais de 13 toneladas de lixo fossem desviadas para aterros somente em 2023

O Porto Itapoá passou a ser um terminal com status “Aterro Zero”. Todos os resíduos sólidos gerados pela empresa — que são tradicionalmente destinados a aterros sanitários ou industriais — são agora encaminhados para reciclagem e coprocessamento.

O destaque é solução para resíduos orgânicos: uma estação de tratamento que utiliza o método de compostagem acelerada para transformar o material em adubo. Com isso, mais de 13 toneladas de resíduos orgânicos foram desviadas de aterros. “Só em 2023 geramos mais de cinco toneladas deste composto orgânico. O material é distribuído, sobretudo, para a comunidade local de Itapoá, que o aproveita como adubo para plantações e para a jardinagem”, explica o diretor de Operações, Meio Ambiente e Tecnologia do Porto Itapoá, Sergni Pessoa Rosa Jr.

A solução para o lixo orgânico do terminal é desenvolvida pela empresa Organa Biotech e já é bastante reconhecida pelo mercado. Foi vencedora do Prêmio Supplier Day 2022, promovido pelo Grupo BMW para celebrar iniciativas comprometidas com a mobilidade sustentável e responsabilidade social dentre seus fornecedores. O porto catarinense é a única empresa do setor de logística e comércio exterior a figurar entre os concorrentes na categoria sustentabilidade. “Com essa iniciativa também deixamos de emitir mais 17 toneladas de CO2 na atmosfera e evitamos o uso de mais 1,2 mil sacos plásticos só neste ano”, complementa Rosa Jr.

Os demais resíduos também são destinados para reciclagem, tendo destinos mais nobres como subproduto para indústria. Um exemplo são os resíduos de construção civil, como restos de tijolos, cimento, pavers, que são triturados e usados pela indústria como agregado para concreto ou mesmo para a fabricação de novos pavers.

O material metálico é encaminhado para uma recicladora de metais e, posteriormente, para fundição, ganhando nova vida neste segmento. Já os materiais contaminados são processados e se tornam composto para fabricação do cimento. Madeira, papel e papelão também encontram nova vida útil com destinações apropriadas na indústria.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPING

Edição: 146/2023
Página 52 de 52
Data: 29/08/2023
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Segundo o gerente de Meio Ambiente do Porto Itapoá, Christiano Berthier, essas soluções estão de acordo com as diretrizes da empresa. “Entendemos que o cuidado com o meio ambiente tem reflexos diretos na saúde e na qualidade de vida de todos nós”, diz.

Outra importante iniciativa é a campanha Menos Um Lixo, em que a empresa distribui para seus colaboradores, fornecedores, parceiros e afins um copo de silicone, retrátil e reutilizável, para evitar o uso dos copinhos plásticos tradicionais. Com isso, somente no Terminal, evita-se a utilização de cerca de 60 mil unidades por mês.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/08/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 29/08/2023